



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Handwritten initials and signature in blue ink.

----- **MANDATO 2021/2025 - ATA Nº 30** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

DATA: Dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro -----

LOCAL: Sala de Sessões da Assembleia Municipal -----

INÍCIO: Vinte e uma horas e dez minutos -----

ENCERRAMENTO: Uma hora e dez minutos do dia vinte -----

PRESIDIU: Maria Clara Soares Reis Almeida Bastos -----

1ª SECRETÁRIA: Lília Cristina Soares Laranjeira -----

2ª SECRETÁRIA: Ana Raquel S. Gomes Pinho -----

----- **PRESENCAS** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

PARTIDO SOCIALISTA (PS): -----

Maria Clara Soares Reis Almeida Bastos, Leonardo Silva Mártins, José Augusto Alves, Paulo Antunes, Susana Lima, André Rodrigues, Ana Raquel S. Gomes Pinho, Pedro Emanuel C. Santos, Miguel Pinheiro, Mª Graça Cunha e, Paulo Lima. -----

COLIGAÇÃO A MELHOR CIDADE DO PAÍS (MCP): -----

Pedro Neto, Gonçalo Fernandes, Lília Cristina Soares Laranjeira, Marco António Fernandes, Cláudia Soares Santos, Pedro Gual, Manuel Alcino G. Santos Pinho e, João Paulo Sares. -----

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU): -----

Rita Mendes -----

BLOCO DE ESQUERDA (BE): -----

Eva Mª Braga da Silva -----

CÂMARA MUNICIPAL -----

PRESIDENTE - Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira -----

VEREADORES - Dulce Santos (MCP), Irene Mª Silva Guimarães (PS), Paula Margarida Pire Gaio Kulzer (PS), Paulo Barreira (MCP), José Nuno Lopes Dias Vieira (PS) e, Tiago Raul Correia (MCP).

ORDEM DE TRABALHOS

1 - Período de Intervenção do Público

2 - Período de Antes da Ordem do Dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

3 - Período da Ordem do Dia

3.1- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação das Taxas dos Impostos Municipais para o ano 2025 (Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); Lançamento da Derrama sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e Fixação da Participação Variável no IRS); Redução de IMI para famílias com dependentes a cargo;

3.2- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a cobrar no ano de 2025";

3.3- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025";

3.4- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Mapa de Pessoal para o ano de 2025";

3.5- Apreciação do "Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do Município de S. João da Madeira relativo ao 1º semestre de 2024";

3.6- Apreciação da "Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

--- Dando início à Sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal saudou todos os presentes. -----

--- Analisados e discutidos os pontos constantes desta Ordem de Trabalhos, seguiram-se as respetivas deliberações, as quais determinaram o seguinte resultado: -----

PONTO 1 -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- **NORLINDA LIMA** - No uso palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Trago aqui 2 questões: **1ª-** Antigas instalações da escola Secundária nº 2 - João da Silva Correia. É sobre a possibilidade de utilização destas instalações para a assistência aos nossos doentes e para um lar de idosos. Isto seria a cereja no topo do bolo, mas parece-me que está a ser muito difícil. Sei que o Executivo me irá responder que as mesmas irão ser ocupadas pela PSP ou pelo Ciclo Preparatório, enquanto decorrem as obras de requalificação destas entidades. É o



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

que se diz... Mas eu acho que a PSP ficaria muito bem instalada no edifício do Tribunal que até tem calaboços. Mas vocês é que sabem como lidar e resolver os problemas da Cidade. Tudo bem, mas enquanto decorrem as obras, o Executivo poderia ir tratando do assunto, juntamente com o novo Governo, sobre a hipótese de, no futuro, fazer-se lá aquilo que eu atrás referi e que tanto ambiciono, que é uma Unidade de Cuidados Continuados e um Lar para a 3ª idade. Há dias; fiquei muito impressionada com a notícia que referia que muitos doentes estavam hospitalizados porque não tinham para onde ir. Isso fez-me tanta pena e mágoa, porque existem tantos edifícios públicos vazios que poderiam ser aproveitados para esse fim, como é o caso deste. Fico, então, a aguardar uma resposta por parte do Executivo e tenho esperança que o meu desejo seja realizado; 2ª- É sobre a situação do nosso hospital. Eu fiquei chocada com a notícia de que o hospital iria deixar de pertencer ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Tanto lutei em 2015 para que isso não acontecesse! Pelo que li, tentaram convencer o senhor Presidente da Câmara Municipal das vantagens para S. João da Madeira do nosso hospital deixar de pertencer ao SNS. Então, queria saber quais são essas vantagens? Espero muito deste Executivo porque acho que tem feito muito a favor de todos os sanjoanenses! -----

--- **ANA MARGARIDA COUTO** - No uso palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Pretendo levantar algumas questões sobre o hospital da nossa Cidade. Em 2015, estive na manifestação em frente à Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, a favor do nosso hospital pertencer ao SNS, juntamente com a Dra. Norlinda, o Moisés, o Dr. Ricardo Pinto, a Maria Clara Silva e os sanjoanenses. Queria questionar se a gestão vai ser da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, se vou poder ir ao hospital através do SNS, se a gestão for privada, como é que vai ser feito o investimento, quem vai pagar. Se der prejuízo, fecha ou eu e os outros contribuintes pertencentes ao Estado teremos de pagar? Sendo de gestão privada, como consta, vai continuar dentro do SNS? A receber ou a pagar? Os cuidados de saúde devem, na minha opinião, ser públicos, universais e gratuitos. Devemos pedir transparência. Quando muda o Governo mudam-se os sistemas, mas devemos pedir e exigir gestão pública de qualidade e isenta de politiquices. Queremos gestores públicos de qualidade! -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

disse: -----

--- Sobre a questão do edifício da antiga escola João da Silva Correia, já foi aprovado em reunião da Câmara Municipal e, só não foi lançado, por estarmos em época natalícia, com muitas pausas e férias nas empresas, o concurso para a reabilitação da esquadra da PSP. De acordo com uma avaliação técnica da PSP, a Câmara Municipal irá ceder este edifício durante o período das obras, para a PSP permanecer em S. João da Madeira. Quanto ao destino definitivo deste imóvel, estamos a estudar com várias entidades a situação, mas ainda não temos uma solução para apresentar. Logo que a tivermos, informaremos a senhora munícipe Norlinda Lima. Sobre a questão do hospital, eu já me pronunciei na reunião da Câmara Municipal sobre o assunto. Ainda não temos informação oficial do Governo sobre o que está em causa e também não vi qualquer documento sobre a situação. Soubemos, a semana passada, através de um contacto telefónico da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, que teve a cortesia de informar a Câmara Municipal, que estava iminente um anúncio do Governo sobre uma solução para o nosso hospital. O que defendo, claramente, é que o hospital deve permanecer no SNS. Deve haver uma resposta hospitalar no quadro do SNS em S. João da Madeira. Qualquer solução, deve garantir o acesso universal e gratuito dos cidadãos no quadro do SNS, manter e incrementar as valências que hoje o hospital tem, designadamente, a urgência básica. Já solicitei uma audiência à senhora Ministra da Saúde mas ainda não tive resposta. Iremos acompanhar e avaliar a situação em defesa dos interesses da população e destes princípios básicos. A Santa Casa Misericórdia de S. João da Madeira é uma entidade do setor social e tem vários acordos de cooperação com o Estado em diversas áreas. Não temos qualquer informação, para além da que vem nos jornais e, portanto, vamos aguardar esclarecimentos/informações, sendo certo que, estes serão os princípios basilares da nossa posição. -----

----- PONTO 2 -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- **MARIA CLARA SOARES REIS ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** - No uso da palavra, disse: -----

--- Chegaram à Mesa 2 Recomendações e 1 Voto de Protesto direcionados à mesma temática.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

H
04

Questiono se pretendem que estes documentos sejam votados individualmente ou se querem reunir para tentar conjugá-los. -----

--- **EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- **Voto de Protesto**, pela intenção manifestada pelo Governo de entregar o nosso hospital à Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira. "O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, anunciou na semana passada que o Governo pretende retomar o processo de retirada de hospitais ao Serviço Nacional de Saúde para os entregar às Misericórdias. Este plano foi iniciado na altura do anterior Governo PSD/CDS, com resultados desastrosos nos locais onde se concretizou. Basta olhar para a situação de Serpa, onde as urgências estão, constantemente, encerradas e onde a Misericórdia local tenta, a todo o custo, acabar com este serviço; ou para a situação de Anadia, onde o hospital passou a anunciar no seu site consultas de especialidade a 60€ e consultas abertas a quase 30€. Num como noutro caso, o Estado está a pagar às Misericórdias locais para que as populações tenham menos acesso à saúde. Em S. João da Madeira, o PSD e o CDS já tentaram fazer o mesmo, mas tal intenção de retirar o hospital aos sanjoanenses mereceu uma resposta forte da sociedade, que se organizou em vários protestos e manifestações. Foi a vitória da população sobre o Governo de então, que permitiu que o nosso hospital voltasse a ganhar um serviço de urgência, tivesse investimento e mantivesse o seu funcionamento aberto à comunidade. Vir um Governo anunciar que pretende retomar a intenção de retirar o hospital de S. João da Madeira aos sanjoanenses para o entregar à Misericórdia, só pode merecer da parte dos órgãos autárquicos o mais vivo protesto e repúdio. Da população merecerá, certamente, a oposição que já teve no passado. O hospital é dos sanjoanenses e do Serviço Nacional de Saúde. O caminho é o do investimento público, reforço de equipamentos e de profissionais, não é o do seu esvaziamento e isolamento, só para ser entregue a interesses alheios ao interesse público. Assim, a Assembleia Municipal de S. João da Madeira, reunida a 19 de dezembro de 2024, delibera: Aprovar um Voto de Protesto pela intenção manifestada pelo Governo de retomar o processo de entrega do hospital de S. João da Madeira à Misericórdia local. S. João da Madeira, 19 de dezembro de 2024". A deputada municipal (Eva Braga). -----

--- **RITA MENDES / CDU** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- Nos termos da alínea d) do art.º 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, apresenta-se a **Recomendação** abaixo, para ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal.....

"Memorandum - *Antes da Revolução do 25 de Abril, não havia em Portugal uma rede de cuidados de saúde que se pudesse comparar com aquilo que era comum nos países medianamente desenvolvidos. Os serviços de saúde eram prestados por médicos e hospitais a cargo das instituições privadas ou da previdência. O acesso à saúde era profundamente limitado e desigual. Os meios eram insuficientes e a qualidade era muito má. Não havia o direito à saúde. Uma grande parte dos portugueses dependia da caridade das instituições religiosas, que forneciam assistência básica, mas muito insuficiente para vulnerabilidade de grande parte dos doentes. A esperança de vida era, no contexto internacional, muito baixa e a mortalidade infantil envergonhava o País. Na sequência da aprovação da Constituição da República de 1976, foi criado em Portugal no ano de 1979 o Serviço Nacional de Saúde (SNS). O SNS, público e administrado pelo Estado, foi uma das maiores conquistas do 25 de Abril. Apesar das dificuldades de hoje do SNS, Portugal tem um dos melhores serviços de saúde do mundo. Os indicadores da esperança de vida e da mortalidade infantil são provas irrefutáveis. O hospital de S. João da Madeira (HSJM), propriedade da Santa Casa de Misericórdia (SCM), criado na década 20 do século passado, é uma referência de grande importância do desenvolvimento da nossa Cidade. Os serviços que prestou, a norte do distrito de Aveiro, abonam a sua grande importância para as populações da nossa região. Após o 25 de Abril, o HSJM passou a ter administração pública, passando o Estado a ser inquilino e SCM senhoria. Com a integração do HSJM no SNS, o Estado investiu imensos recursos no imóvel, nos equipamentos e no quadro de pessoal. Dotou-o de uma capacidade como nunca havia tido e permitiu-lhe progressos notáveis na qualidade e na quantidade de serviços prestados, acessíveis a todos os cidadãos, que passaram a ter cuidados de saúde como um direito, sem necessidade de recorrerem à caridade. Em março de 2015, a urgência em S. João da Madeira estava encerrada e o Governo de então manifestou a vontade de pôr o hospital sob administração da SCM. Na sequência disto, a Assembleia Municipal, constituída por quatro grupos municipais (PSD, PS, SJM-Sempre e CDU), aprovou por unanimidade, uma Moção que se transcreve parcialmente a seguir: "... a Assembleia Municipal de S. João da Madeira, reunida no Fórum Municipal, a 5 de março de 2015, reclama do Governo: 1- A reposição imediata da Urgência no*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Hospital de S. João da Madeira, integrada na Rede de Referência Hospitalar Urgência Emergência. 2- A manutenção do hospital de S. João da Madeira, integrado no Serviço Nacional de Saúde, sob a administração do Estado." Esta Moção foi também posteriormente aprovada, por unanimidade, pela Câmara Municipal de S. João da Madeira. Alguns meses após a aprovação da referida Moção, a 20/11/2015, um novo Governo decidiu dar provimento a esta reivindicação dos órgãos do Município de S. João da Madeira. Assim, foi reaberta a urgência e o HSJM foi mantido no Serviço Nacional de Saúde, sob a administração do Estado. Esta decisão governamental teve o apoio da população e dos autarcas. O Presidente da Câmara Municipal da altura, Ricardo Figueiredo, considerou a decisão que repôs a urgência e afastou a hipótese de integração na SCM do HSJM de "um marco histórico para S. João da Madeira" e considerou o despacho do Secretário de Estado como um ato de "importante determinação do Governo em prol da melhoria da prestação de cuidados de saúde aos sanjoanenses e às populações do Entre Douro e Vouga".

Recomendação- *Recentemente, após a assinatura de um protocolo entre o Governo e a União das Misericórdias Portuguesas, apareceram rumores sobre possibilidade de integração do HSJM na SCM. Neste contexto, de incertezas e preocupações, a Assembleia Municipal de S. João da Madeira, reunida a 19 de dezembro de 2024, decide recomendar ao Governo, que mantenha o HSJM integrado no Serviço Nacional de Saúde e sob a administração do Estado". 19 de dezembro de 2024. A eleita na Assembleia Municipal de S. João da Madeira, Rita Mendes: -----*

--- LEONARDO MARTINS / PS - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -
--- Relativamente à questão do hospital de S. João da Madeira, a posição do PS é coerente com aquilo que tem defendido ao longo dos anos e mantém-se firme na defesa intransigente da manutenção e do nível de qualidade do Serviço Nacional de Saúde, universal, gratuito e, obviamente, pelo seu reforço. Jamais aceitaremos retrocessos, degradação e redução de serviços disponíveis. A verdade é que, neste momento, a informação é pouca ou nenhuma, para podermos ter uma discussão informada. Foi precisamente nesse sentido que a concelhia do PS a que presido, decidiu solicitar uma reunião à Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, porque é uma instituição do nosso Concelho que está envolvida neste processo, como tentativa de obter esclarecimentos cabais em curso. Como o senhor Presidente da Câmara Municipal já referiu, a SCMSJM é uma instituição que nos merece confiança, presta serviços muito relevantes na área



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

social, nos cuidados médicos continuados e integrados. Essa reunião vai-se realizar na próxima segunda-feira e, do que daí vier, tiraremos as devidas ilações. Não posso deixar de lamentar o facto do Governo da República, até ao momento, não ter informado a Câmara Municipal sobre este processo. Aquilo que hoje sabemos, foi através de uma nota publicada no site oficial do Governo e da imprensa local, relativa ao encontro do senhor Primeiro-Ministro com a União das Misericórdias. Obviamente, aquilo que se impõe neste momento, é que essa postura seja alterada, urgentemente, a bem da cooperação institucional e da transparência do eventual processo que todos já percebemos que está a em curso. Apresentamos esta Recomendação no sentido de garantir os superiores interesses da Cidade e dos sanjoanenses sobre os cuidados hospitalares.

Recomendação à Câmara Municipal sobre o hospital de S. João da Madeira. *"Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de S. João da Madeira, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentar à discussão e deliberação da Assembleia Municipal, reunida em Sessão ordinária no dia 19 de dezembro de 2024, uma Recomendação à Câmara Municipal sobre o hospital de S. João da Madeira, nos termos que a seguir se apresenta: Considerando que: 1. a sociedade civil teve conhecimento pela comunicação social de um protocolo assinado pelo XXIV Governo Constitucional com a União das Misericórdias Portuguesas; 2. Uma publicação realizada na página oficial do Governo dá conta que, a Ministra da Saúde já está a trabalhar com algumas misericórdias para a transferência de hospitais, a bem da prestação de serviços com maior eficiência; 3. Até ao momento, pouco ou nada se sabe sobre este assunto de enorme relevância para a Cidade e para os sanjoanenses. Vem o Grupo Municipal do Partido Socialista propor que a Assembleia Municipal, na defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, e na defesa dos superiores interesses de S. João da Madeira e dos sanjoanenses, delibere recomendar que a Câmara Municipal exija ao XXIV Governo Constitucional: 1. A imediata prestação de toda a informação e esclarecimentos sobre as intenções e as diligências em curso, relativamente à gestão e ao futuro do hospital de S. João da Madeira; 2. Que, de ora em diante, este processo seja pautado pela partilha de informação, total, transparente e constante com os autarcas eleitos e com a sociedade civil; 3. Que o hospital de S. João da Madeira se mantenha no Serviço Nacional de Saúde, de acesso universal e gratuito aos cidadãos, sem retrocessos ou degradação de serviços públicos, com serviço de urgência básica e, desejavelmente, com um*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

reforço dos serviços prestados; 4. Que seja garantida a proteção integral dos direitos dos profissionais de saúde e demais trabalhadores a desempenhar funções no hospital de S. João da Madeira, independentemente do seu vínculo laboral." S. João da Madeira, 19 de dezembro de 2024. Grupo Municipal do Partido Socialista, Leonardo Martins. -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Eu creio que a história é muito importante, bem como o passado e aquilo que marcou os anos idos. Os desafios que tivemos que ultrapassar para sermos Concelho e Cidade, as lutas que tivemos de travar, as conquistas que alcançamos, as nossas características enquanto povo bairsta, inconformado e irreverente, tudo isso é importante e faz parte da história e das coisas. Eu acho que esta Assembleia Municipal ficará marcada por isso mesmo, pela importância da história e pelo seu significado face àquilo que hoje vimos. Numa primeira análise, eu diria que o voto do BE é precipitado, porque deixou-se levar pelas emoções. Este não é um tema novo e no passado já gerou bastante debate. Talvez, por no passado, o BE não ter tido capacidade de liderar a oposição, tentou fazê-lo agora, mas precipitou-se. Se queremos debater com clareza, sensatez e sem preconceitos ideológicos, sei que nesta matéria isso não é possível para o BE, é importante para a Cidade e para o futuro, enquanto partidos, nós estarmos munidos de toda a informação para podermos debater. O BE, a CDU e o PS não estão nessa posição e a MCP também não. Ninguém tem informação, neste momento, para poder fazer qualquer tipo de afirmação. O Executivo solicitou uma audiência à senhora Ministra da Saúde e uma reunião à SCMSJM, e nós, partidos que suportam o Governo, já no passado defendemos esta solução e mantemo-nos fiéis àquela que é a visão que sempre tivemos. Por isso, saudamos a decisão do Governo, porque achamos, efetivamente, que é a melhor solução para a afirmação e desenvolvimento no nosso hospital. Mas teremos muito tempo para debater esta questão e para trocar argumentos. Aquilo que sabemos, neste momento, é que o Primeiro-Ministro nomeou uma Comissão de Acompanhamento para a transição da gestão do Centro Hospitalar de entre o Douro e Vouga para a SCMSJM. Mas há uma questão clara que fica bem plasmada neste Voto de Protesto, o BE tem um preconceito ideológico, por isso, cegou completamente, porque este Voto de Protesto tem um conjunto de inverdades estéreis e que não respeitam a história e os factos. A senhora Deputada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

diz que "o Governo se prepara para retirar o hospital aos sanjoanenses e que o hospital é do Serviço Nacional de Saúde". Não se sabe o que está a dizer, porque o hospital foi sempre da SCMSJM e o Governo está a preparar a devolução da gestão do hospital aos sanjoanenses. Em 1921, quando foi construído o primeiro hospital, a SCMSJM nasce para isso, para o administrar. Em 1966, o hospital que hoje existe foi construído pela SCMSJM com o dinheiro do povo sanjoanense. A SCMSJM geriu o hospital durante 53 anos e nós sabemos a sua história, sobretudo, entre 2008 e 2015. Em 2015, nós apoiamos uma solução que é a mesma que hoje apoiamos. Votaremos contra este Voto de Protesto. Eu nunca vi um Deputado insultar uma das instituições mais antigas da nossa Cidade. Mas foi o que fez, quando disse "o hospital será entregue a interesses alheios". A senhora Deputada demonstra que não respeita a SCMSJM e os seus Irmãos, não honra a memória daqueles que ajudaram a gerir o primeiro hospital, os que construíram o atual hospital e que o geriram durante mais de 53 anos, tornando-o num hospital distrital de referência do Distrito de Aveiro. É por querermos isso, que apoiamos a solução que o Governo anunciou e lutaremos para que o hospital, sob gestão da SCMSJM, se mantenha no Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito. -----

--- **EVA BRAGA / BE** – No uso da palavra, disse: -----

--- O que o senhor Deputado disse é perigoso para o SNS, para os sanjoanenses e para o futuro do nosso hospital. Parece que ninguém sabe de nada, mas afinal, o senhor Deputado sabe muitas coisas! Eu acho que as coisas foram feitas e cozinhadas na SCMSJM e nas costas dos sanjoanenses. Eu tenho respeito por todas as pessoas, mas aquilo que eu tenho que dizer, digo! Já agora, saiu uma entrevista com o senhor Provedor da SCMSJM que mostra bem qual é a sua intenção, pois refere que "o pai dele era Provedor em 1974, quando o hospital foi, inexplicavelmente, usurpado à Misericórdia e ele agora quer corrigir essa injustiça". Não foi usurpado, foi devolvido a todos os sanjoanenses! Então, uma única família da SCMSJM é que vai gerir o hospital e a saúde em S. João da Madeira? Nós não estamos aí, já houve "o 25 de Abril", o senhor Deputado não sabe? Já houve, já aconteceu! A seguir, criou-se o Serviço Nacional de Saúde (SNS)! Os senhores querem destruí-lo. Falou de 2015, mas digo-lhe uma coisa, se não tivesse acontecido o que aconteceu, não tínhamos: a reabertura da urgência; os investimentos que foram feitos no hospital; a ampliação da sala de tratamentos e internamentos; contratou-se



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

mais profissionais; fez-se investimento em equipamentos. O Protocolo que assinaram previa a redução de 20% da atividade hospitalar, então, hoje estaria muito pior do que está. O hospital não está bem, mas precisa de ser gerido pelo SNS e tem que ter mais investimento. Passar para a CMSJM? Vejam os exemplos, é um desastre autêntico! -----

--- **RITA MENDES/ CDU** – No uso da palavra, disse: -----

--- Se há falta de informação neste processo, os senhores saberão melhor do que nós. Dizem que a CDU não sabe o que está a dizer, mas a informação é pública! Houve a assinatura de um protocolo entre o Governo e a União de Misericórdias Portuguesas. Perante isto, se a MCP desconhece, não sei. Como a história é muito importante e os factos também, parece-nos prudente recomendar ao Governo que mantenha o hospital de S. João da Madeira no Serviço Nacional de Saúde e sob administração do Estado. Qual é o problema de recomendarmos isto? Porque não aprovar? Se calhar, sabem mais do que nós! -----

--- **MARIA CLARA SOARES REIS ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Questiono, então, se pretendem que estes documentos sejam votados individualmente ou se querem reunir para tentar conjugá-los? Assim sendo, perante a vossa manifestação, vamos fazer um pequeno intervalo. -----

RESULTADO: Voto de Protesto apresentado pelo BE - rejeitado, com 1 voto a favor do BE; 1 abstenção da CDU; 19 votos contra, sendo: 11 do PS, 8 da MCP. **Recomendações: a) da CDU - rejeitada**, com 2 votos a favor, sendo: 1 da CDU, 1 do BE; 19 votos contra, sendo: 11 do PS, 8 da MCP; **b) do PS – aprovada por maioria**, com 19 votos a favor, sendo: 11 do PS, 8 da MCP. -----

----- **PONTO 2** -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

3.1- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação das Taxas dos Impostos Municipais para o ano de 2025 (Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); Lançamento da Derrama sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e Fixação da Participação Variável no IRS); Redução de IMI para famílias com dependentes a cargo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**

MUNICIPAL (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- A Proposta que a Câmara Municipal apresenta é de estabilidade fiscal. Relativamente ao IMI, Derrama e IRS, são os valores que provêm do ano anterior, não há qualquer aumento ou descida: Derrama – 0.85 para empresas com volume de negócios que não ultrapassem os 150 mil euros. Para as empresas com volume de negócios superior, propõe-se 1.45, que não é o valor máximo; Participação variável no IRS – 4.5, valor máximo é 5%; IMI 0.350, que não é o valor máximo. Prevê-se a majoração de 30% para os prédios degradados e redução para famílias com dependentes a cargo. O comportamento destas receitas durante este ano foi manifestamente positivo. O IMT, a Derrama e o IUC registaram assinaláveis subidas, o que significa que, de facto, há um grande dinamismo económico na Cidade. No período da COVID, a Derrama foi de cerca de 600 mil euros, mas durante este ano, arrecadamos cerca de 1 milhão e meio de euros, regressando aos níveis de cobrança anteriores à pandemia. No ano passado, arrecadamos 1.200 mil euros. No IMT, a receita arrecadada este ano foi de 1.699 mil euros, enquanto no que no ano passado foi de 1.171 mil euros. Os impostos que dependem da atividade económica tiveram uma subida assinalável e eu gostava de realçar esse facto. O IMI desceu 75 mil euros, mas vamos tentar perceber o porquê desta descida. Os outros impostos tiveram este ritmo de subida, que é um grande indicador da vitalidade económica do Concelho. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** - No uso da palavra, disse: -----

--- Queria propor a junção, para discussão, dos pontos 3.1; 3.2; 3.3; 3.4. O Regimento prevê que, para discussão dos grandes documentos, cada partido dispõe de 20 minutos, o que me parece mais do que suficiente. Depois, ainda podemos ter uma 2ª intervenção e, se conseguíssemos juntar estes pontos, conseguiríamos deliberar ainda hoje sobre estes documentos previsionais. Caso contrário, teremos de cá voltar antes do final do ano. Deixo esta sugestão à consideração da Assembleia Municipal. -----

--- **MARIA CLARA SOARES REIS ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**

MUNICIPAL – No uso da palavra, disse: -----

--- A Mesa aceita a proposta. Alguém está contra ou se abstém? Assim sendo, a proposta foi **aceite por unanimidade.** -----



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

---- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**

MUNICIPAL (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- O **Orçamento** tem o valor mais elevado de sempre, é de 49 milhões de euros. O valor inicial do orçamento do ano passado foi de 42 milhões de euros e o corrigido foi de 43 milhões de euros. As razões deste incremento na receita e na despesa previstas são: o acordo de cooperação técnica feito entre o Município e o MAI para realização das obras na esquadra da PSP; o efeito cumulativo da execução dos programas PRR e Portugal 2030, que implica o acréscimo de receita e de despesa. No Portugal 2030, estão previstos cerca de 3 milhões de euros. O Município está a trabalhar nas candidaturas, já candidatamos 5 projetos e, até ao final do ano, iremos finalizar mais. Continuaremos com uma política muito rigorosa e ambiciosa de captação e aproveitamento de fundos comunitários. As transferências do Estado também sobem e está previsto cerca de 1 milhão de euros. Também está previsto: a subida da receita fiscal; o recebimento de verbas do Programa 1º Direito, que são reembolsos de pagamentos já feitos pelo Município, porque somos credores do IHRU; reembolsos do Portugal 2030 de cerca de 1 milhão de euros. Do lado da receita, este crescimento está, desta forma, justificado. Este volume de despesa e receita implica uma grande capacidade de concentração e de entrega de todas as equipas municipais, para levar a cabo todos estes projetos e investimentos previstos. É um orçamento que continua dando grande prioridade à habitação. Como é do conhecimento de todos, a nossa Estratégia Local de Habitação aprovada é de cerca de 39 milhões de euros. Todo este montante foi candidatado dentro do prazo e até dia 31 de março. O Município já tem aprovados 15 milhões de euros só de investimento municipal. Nós já estamos a executar obra física de: construção de habitação nova; reabilitação; compra de imóveis para construção, reabilitação e reconversão em habitação. Já compramos: fábrica da Vieira Araújo, junto à Viarço; 1 prédio na rua Oliveira Júnior; 1 prédio na Devesa Velha; lotes de terreno para construção; 1 prédio em início de construção na Rua de Moçambique, num investimento de cerca de 800 mil euros; 1 apartamento que já foi entregue a uma família na Avenida Engº Arantes e Oliveira; o edifício da antiga sede do Sporting; temos contratualizada com os serviços sociais da PSP e da GNR a aquisição de 44 fogos. Estamos com esta política a levar a cabo o nosso programa social de habitacional e a dar um grande contributo para resolver aquela que é uma das principais crises sociais que se vive neste momento em Portugal, que é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

acesso à habitação. Ainda hoje falava com a nossa funcionária que está no Gabinete de Apoio ao Consumidor, sediado no edifício da Câmara Municipal, que tem tido muita procura e que foi uma estrutura que nós criámos no anterior mandato, que me dizia, que grande parte dos atendimentos são de pessoas que recebem cartas de senhorios para despejo ou aumento de rendas. São pessoas aflitas e em dificuldades, que querem apoio para responder a essas missivas e que, depois, acabam por se inscreverem na nossa empresa municipal de habitação. Nós vamos continuar com as políticas sociais que este Executivo desenvolveu e com algumas que vinham de Executivos anteriores. Gostaria de salientar que o orçamento prevê o reforço da nossa resposta no que diz respeito ao apoio ao arrendamento. Como sabem, em matéria de habitação, temos várias respostas: arrendamento para subarrendamento; construção de novas habitações; empresa municipal de habitação - Habitar; apoio ao pagamento da renda contratada entre particulares. Quando nós tomámos posse, a verba prevista no orçamento para este programa era de 24 mil euros. Para o próximo ano, propomos uma verba de 60 mil euros, para permitir apoiar mais pessoas no pagamento da renda e resolver graves problemas no acesso à habitação. Em matéria de políticas sociais, este orçamento também é marcado pelo apoio à construção de 2 equipamentos muito importantes: lar residencial da CERCÍ para adultos portadores de deficiência, que já está em construção, cujo projeto de arquitetura foi feito pela Câmara Municipal e que irá beneficiar também de apoio financeiro da Câmara Municipal. Vai mudar, completamente, o panorama que existe na nossa Cidade em matéria de resposta a adultos com deficiência. Terá capacidade para 25/30 utentes, estamos a falar de um setor com uma carência muito aguda. Também já informamos a CERCÍ que, se for necessário manter os 3 apartamentos cedidos em comodato situados na Praça Barbazieux, para continuarem a missão a que estão adstritos, a Câmara Municipal manifesta, desde já, essa disponibilidade. Estamos a falar de um universo onde as famílias/pessoas têm muita necessidade; construção de uma Unidade de Cuidados Continuados, que é outra necessidade muito importante no nosso País, com capacidade para cerca de 60 utentes, que irá transformar a nossa resposta nesta matéria. É uma iniciativa da Santa Casa da Misericórdia para a qual nós vamos dar também um apoio financeiro. Isso também está refletido neste orçamento, é dividida por 3 anos a repartição de encargos necessária para este fim. Com estes 2 equipamentos, a nossa natureza de Cidade solidária e inclusiva vai acentuar-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

vincadamente. Temos também previstos investimentos na eficiência energética, gostaria de chamar a atenção para a "rúbrica de despesa em iluminação pública" que é de 180 mil euros. Com os leds já instalados na Cidade, estamos a poupar cerca de 300 mil euros/ano na iluminação pública na fatura da EDP. Esta verba está a ser canalizada para outras necessidades sociais. O procedimento de contratação está finalizado, adjudicamos a semana passada, mas só irá ter execução no próximo ano. Vamos instalar leds no Campo de Jogos das Travessas e no Centro de Formação Desportiva, é um investimento de cerca de 75 mil euros. Esse procedimento já está em marcha, mas temos uma rúbrica ainda superior para eficiência energética na esfera municipal. Na área da reabilitação de edifícios municipais e, sobretudo escolares, prevê-se: reabilitação do edifício da escola do Parrinho, que será uma reabilitação profunda. O projeto está concluído e está, neste momento, em fase de revisão. Já temos os meios financeiros para esse efeito através de um empréstimo; Ciclo Preparatório, o processo de arquitetura está concluído e foi um investimento de mais de 300 mil euros do Município. Contraímos um empréstimo para esse efeito e, neste momento, decorrem negociações entre o Estado e Banco Europeu de Investimento (BEI), para garantir uma linha de financiamento para que possamos lançar esta obra. Temos informação de que isso poderá vir a acontecer, mas a boa notícia, é que nós começamos a trabalhar no projeto de arquitetura antes da escola passar para a esfera municipal, o que nos permite que ela esteja numa lista prioritária e possa ser enquadrada nesse financiamento. O volume de investimento é muito elevado, tendo em conta a área da escola e o seu estado, não poderia ser suportado sozinho pela Câmara Municipal. Faz parte do acordo da transferência de competências que, essa escola estando em mau estado, a reabilitação teria que ser financiada pelo Estado; reabilitação da Biblioteca Municipal; reabilitar, em termos de investimento e imobilizado, o sistema de ar condicionado da Casa da Criatividade. No que diz respeito à programação das atividades culturais, há um crescimento nas rúbricas da Casa da Criatividade e do Centro de Arte da Oliva, que decorre da captação de fundos mecenáticos e do Ministério da Cultura, que têm também possibilitado o crescimento dos orçamentos. Temos o apoio mecenático no Centro de Arte da Oliva da Fundação Millennium BCP, da Fundação Ilídio Pinho e apoios da DGARTES, que têm permitido um incremento de atividade; para os cemitérios, temos previsto a construção de novos ossários e o projeto está a ser finalizado pela Câmara Municipal; atualização e adequação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

do projeto das piscinas municipais para encontrarmos, depois, o financiamento para o lançamento da empreitada. Gostaria de assinalar os projetos relevantes e âncoras para os próximos anos que, em termos de execução são: Avenida do Brasil, já está candidatado; reformulação do lugar da Ponte, que já foi objeto de apresentação e de discussão pública, para resolver o constrangimento de tráfego; mobilidade, temos uma linha de cerca de 400 mil euros para intervenção, sobretudo, em passeios. Aprovei o projeto a semana passada e já está em condições de ser candidatado; digitalização e modernização tecnológica da Câmara Municipal; reformulação de eficiência energética, conforto térmico e de melhoria de condições do Complexo Desportivo Paulo Pinto, cujo projeto de arquitetura está em fase final de discussão, para submissão da candidatura; construção do novo ecocentro municipal para responder às nossas necessidades. Estes são alguns dos projetos do Portugal 2030 na componente material. Na componente imaterial: **educação** - perto de 700 mil euros: promoção do sucesso educativo no plano municipal; lanches escolares saudáveis, que criamos neste mandato e que são extremamente importantes; Assembleia Municipal Jovem; Programa Fora; Programa Oliva Summer Camp; reforço da atividade física nas escolas; melhoria do Programa de Ciências nas escolas, que é uma oferta complementar do Município para o 1º ciclo. Optamos por dar fôlego e força a esse programa, beneficiando desta candidatura do Portugal 2030 e do financiamento que temos contratado para a área da educação. Haverá aqui uma componente muito forte de aquisição de equipamentos mais modernos, para dotar as nossas crianças e as escolas de equipamentos que permitam uma melhor aprendizagem e um melhor contacto na área da ciência; **área social** - este orçamento prossegue e continua com as políticas que temos feito e que são muitíssimo reforçadas. É um orçamento que prepara o futuro da Cidade e que preconiza grandes investimentos transformadores, que procuram sustentabilidade, inclusão, uma Cidade moderna, competitiva e que não deixa ninguém para trás. Esta é a grande marca de S. João da Madeira; **mapa de pessoal** - A informação é clara, a nossa política para 2025 e face a 2024, salvo pequenos ajustamentos, é a mobilidade inter-carreiras, para se fazer ajustamentos na gestão em termos de novos lugares previsionais. No fundo, os lugares não ocupados e previsionais, são para manter os que vêm do mapa de 2024 e dos processos de recrutamento ainda não concluídos. Na área da proteção civil e do turismo, estas 11 vagas já estavam no mapa de 2024, mas como



[Handwritten signature in blue ink]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

os processos são extremamente morosos, vão transitar para 2025. Vamos também prever como lugares não ocupados 14 vagas, que decorrem de aposentações do ano de 2024. Aqui não haverá um incremento líquido de despesa, porque são pessoas que vamos substituir. Há 10 lugares que queremos converter em postos de trabalho por tempo indeterminado, são trabalhadores que foram contratados no âmbito do procedimento de contratação de quadros altamente qualificados na área da cultura e que satisfazem necessidades permanentes. Vamos também converter em contrato por tempo indeterminado as técnicas superiores que foram contratadas para o Programa das Ciências, porque esse programa é uma prioridade, já tem mais de uma década e vamos agora robustecê-lo em termos de equipamento com o Programa Portugal 2030. -----

--- **RITA MENDES / CDU** – No uso da palavra, disse:-----

--- Já temos vindo a dizer, ao longo dos anos, que o IMI é um imposto que afeta todas as famílias e empresas. Há empresas que são proprietárias dos seus edifícios e, portanto, uma redução do IMI permitiria aliviar a carga e o orçamento às famílias e às empresas, principalmente, aquelas que estão numa situação financeira difícil. Por outro lado, taxar a Derrama no máximo, iria afetar apenas as grandes empresas com grandes lucros, pois são estas que pagam. Parece-nos que, baixar o IMI e subir a Derrama, é uma proposta equilibrada em termos financeiros e não vai criar grande constrangimento à Câmara Municipal. Nós temos esta **Proposta de Emenda: Taxa do Imposto Municipal de Imóveis (IMI)**, prédios urbanos - 0,347; majoração de 30% relativamente à taxa a aplicar a prédios degradados, considerando-se como tais, os que face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; prédios urbanos ou frações autónomas devolutos há mais de um ano. **Derrama** - a) Taxa de 1,5 %. **Orçamento** – Queríamos pedir uma explicação relativamente ao quadro da página 10. Total de despesas correntes - 26 776 925€; Total de despesas de capital - 21 673 714€; Total 49 089 000€. A CDU analisou os documentos de forma quase extenuante e verificou que a soma das verbas 26 776 925€ + 21 673 714€ é 48 450 639€. A que se deve esta diferença de 638 361€ ? Nós não vemos neste orçamento razões que nos levem a votar contra. Notamos que tem preocupações com que nos identificamos, nomeadamente: na vertente social – muitas medidas têm o nosso apoio; na habitação social – a Câmara Municipal, tendo em conta as suas limitações financeiras, está a fazer um esforço que apreciamos. Mas há coisas que não vemos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

temos pena: um plano municipal de mobilidade pedonal. São necessárias soluções que convidem as pessoas a mobilizarem-se a pé, com percursos cómodos e seguros. Lembramos que, para além das pessoas de mobilidade reduzida, temos uma população cada vez mais envelhecida, e não só. Gostaria de chamar a atenção no que diz respeito à mobilidade reduzida, porque estamos no mês "Internacional da Pessoa com Deficiência" e eu gostaria de lembrar que a rampa/infraestrutura de acesso à Segurança Social está, há mais de 10 anos, por fazer. Pela Av. Dr. Renato Araújo, nenhuma pessoa de cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida consegue aceder ao edifício. Isto já foi amplamente discutido e debatido ainda no anterior Executivo. Transitou para este e continua na mesma; medidas eficazes que impeçam a utilização das ruas da nossa Cidade para velocidades excessivas, que garantam a circulação automóvel a velocidades inferiores a 40 Km/h; ter soluções de estacionamento mais eficazes que ajudem os condutores a circular o menos possível; desobstrução das margens do rio para jusante no lugar da Ponte. Para a CDU é muito importante, para garantir a circulação pedonal e não será uma obra de grandes custos. Dizem-nos os mais velhos que, há 60 anos atrás, havia uns fiscais chamados "guarda-rios", que garantiam que ninguém impedia a circulação pelas margens do nosso rio e que nenhum proprietário instalava nada que impedisse essa mesma circulação. Era necessário fazer isso e limpar algum mato das margens; **mapa de pessoal** - queríamos saudar o programa da "escola a tempo inteiro", que implica a abertura das escolas no mês de agosto. É uma medida interessante, na nossa maneira de ver, e tem o nosso apoio. Mas, depois, as funcionárias têm que gozar os seus dias de férias durante o período letivo. Isto faz com que haja falta de funcionárias nas escolas de forma relativamente frequente. Vamos votar a favor, mas queríamos deixar esta nota, porque os rácios do Ministério são baixos e as escolas têm falta de pessoal. Como se costuma dizer "a manta está curta" e há momentos em que há mesmo insuficiência de funcionárias nas escolas! Há semanas atrás, recebemos um inquérito com atribuição de valores/graus de satisfação, relativamente ao funcionamento dos serviços da Assembleia Municipal. Os serviços têm rosto, é uma trabalhadora que todos conhecemos e quem avalia a trabalhadora, na minha opinião, não somos nós. Nós temos um papel político e somos externos ao serviço. Eu acho que a D. Adelaide presta um bom serviço e é eficiente, mas eu não me sinto competente nem confortável para atribuir pontos de 1 a 5, a uma trabalhadora nos mais diversos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Handwritten signatures in black and blue ink.

itens. Vou usar aqui uma frase "eu não dou para este peditório". -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Temos uma professora de matemática no Executivo e, beneficiando do seu olhar matemático, já descobrimos onde está o problema da página 10. Há um lapso na soma das colunas subsequentes. -----

--- **SUSANA LIMA / PS** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- A escola, como espaço privilegiado de formação social, acolhe crianças desde cedo, sendo um veículo essencial para construir uma sociedade mais justa. É o ambiente ideal para promover saúde, inclusão e igualdade de oportunidades, reduzindo as desigualdades sociais. A Autarquia desempenha um papel central nas políticas de educação e saúde, implementando ações sociais, culturais e pedagógicas que atendam às exigências e desafios da comunidade. Reconhecendo a alimentação como um dos principais fatores para a promoção da saúde, especialmente nos primeiros anos de vida, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento infantil, a Autarquia lançou em maio de 2023, o projeto-piloto "Lanches Escolares Saudáveis", destinado a crianças da educação pré-escolar. O projeto busca influenciar, positivamente, os hábitos alimentares, moldando gostos e preferências que podem impactar a saúde ao longo de toda a vida. O programa faz parte das medidas políticas do Executivo, foi desenvolvido e avaliado entre maio e julho de 2023, em colaboração com escolas, educadores, assistentes operacionais e associações de pais. A sua criação foi motivada pela preocupação coletiva em combater o excesso de peso infantil que, segundo dados de 2019, afeta 29,6% das crianças portuguesas entre 6 e 9 anos, das quais 12% são obesas. O programa piloto PRIMUS GREAT, uma parceria inovadora entre a Câmara Municipal e a ULS de Entre Douro e Vouga, avaliou a saúde de crianças do 1º ciclo em 2022/2023, abrangendo 354 alunos de três escolas locais. Os resultados, alinhados com dados nacionais, reforçam a necessidade de medidas preventivas urgentes. Do total de alunos avaliados, 28% apresentaram excesso de peso (sobrepeso ou obesidade), 17,1% sobrepeso e 10,9% obesidade. Observou-se uma prevalência de 24,5% de valores de pressão arterial acima do limite, que obriga a reavaliação para confirmação de hipertensão arterial. Cerca de 40% das crianças avaliadas apresentaram um motivo de sinalização, nomeadamente, valores de pressão arterial acima do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

limite, que obriga a reavaliação e/ou presença de sobrepeso ou obesidade. Os fundamentos eram sólidos e suficientemente importantes para a implementação deste programa da responsabilidade da Câmara Municipal. Era essencial criar um programa que incluísse alimentos como leite e derivados, ricos em cálcio e outros minerais; cereais integrais ou de mistura e frutas da época, fontes valiosas de vitaminas, minerais e fibras. Estes itens deveriam atender às necessidades alimentares reais das crianças, contribuindo de forma decisiva para o seu desenvolvimento e bem-estar. Acreditamos que os LES, idealizados e organizados por uma nutricionista da divisão de educação da Câmara Municipal, estruturados com base numa ementa desenvolvida após consultas a docentes, encarregados de educação e crianças, oferecem vantagens significativas, as quais destaque, entre muitas: desenvolvimento de hábitos saudáveis; melhoria do desempenho escolar; incentivo à experimentação. No ano letivo de 2023/2024, registaram-se 525 crianças aderentes ao programa LES. Este número aumentou, ligeiramente, este ano letivo para 533. Continuaremos a tudo fazer para que este número continue a aumentar, pois acreditamos nos benefícios que trazem para as crianças. O Município preocupa-se igualmente com a qualidade dos espaços físicos onde as crianças passam grande parte do seu tempo. Atualmente, decorrem obras no JI das Travessas, estando prevista para o início do próximo ano a intervenção na EB1 do Parrinho. Estão também em curso projetos para melhorias nas EB1 das Fontainhas e no Parque, incluindo a substituição de caixilharias nesta última. Paralelamente, estão a ser realizadas intervenções nos parques infantis. São estas políticas públicas diferenciadoras, promovidas pela Câmara Municipal de S. João da Madeira, que nos permitem concluir a sensibilidade e relevância da educação para o PS. Este orçamento que hoje vamos aprovar também inclui este tipo de medidas, que até podem não ser relevantes do ponto de vista orçamental, mas que são muito importantes para o futuro das crianças e jovens que estudam nas escolas de S. João da Madeira.-

--- **ALCINO PINHO / MCP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- 2025 é um ano que encerra um ciclo de 8 anos de governação marcadamente socialista. Dois mandatos com maioria, e assim, com todas as condições para poderem decidir, implementar e construir todos os seus projetos e ideias. Do ponto de vista da Cidade, estavam reunidas todas as condições para se avançar no rumo que foi prometido. Não podemos esquecer, porém, que do primeiro para o segundo mandato, as promessas foram praticamente as mesmas. 8 anos



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

passados e, ainda hoje, ouvimos falar das mesmas coisas, das mesmas obras e dos mesmos edifícios. Passam-se os anos e observamos os mesmos erros e vícios, a mesma forma de agir e de pensar. O Executivo insiste na mesma receita, esperando resultados diferentes, mas no final, fica tudo na mesma! Dois dos momentos mais significativos da vida de uma autarquia são o orçamento e o relatório e contas. O primeiro, define as políticas e os rumos que se pretendem para a Cidade, o segundo, serve essencialmente para apurar se o Executivo cumpriu ou não com as suas propostas e objetivos. Neste Município e com a vossa gestão, sempre nos habituaram a que os orçamentos não são para cumprir, utilizando as mais diversas desculpas, chegando até a ser dito que não se cumpriam os valores do orçamento porque ele continha valores totais dos apoios europeus e, assim, não se podiam executar num só ano. Nada mais falso e enganador, todos nós sabemos ou devíamos saber que, dependendo dos montantes, estes são divididos plurianualmente conforme orientação política. Equívocos à parte, este Executivo não cumpriu um único orçamento desde 2018 até 2023 e, naturalmente, estamos à espera de que 2024 não seja uma exceção. No período de 2018 a 2023, prometeu gastar 168 milhões, mas só gastou 126 milhões. São mais de 40 milhões de diferença mas são estas as vossas contas certas. O Executivo prevê que os impostos apresentem, mais uma vez, um aumento. Assim, os impostos diretos crescem mais de 200 mil euros face a 2024, apesar do IMI e do IMT apresentarem quebras significativas face ao ano anterior, que são compensados pela Derrama que cresce mais de 300 mil euros. Ou seja, fica assim assumido que este Executivo espera que o sector privado e as empresas apresentem resultados que permitam que a Derrama suba mais de 300 mil euros face a 2024. Sempre o setor privado a puxar pelo Município! Nestas rúbricas de impostos diretos, podemos também extrair que, face à diminuição do IMT e IMI, o senhor Presidente da Câmara Municipal espera um abrandamento económico na transação de casas, o que contraria, em grande medida, o discurso de que tudo está bem nesta matéria. Todos os anos avisamos para a imprevisibilidade da cobrança de impostos, era necessário perceber e acompanhar este assunto de uma forma mais eficiente. O nosso Município está demasiado dependente das transferências de capital, ou seja, de fundos europeus. Perdemos autonomia todos os dias com esta gestão. Isto é mais preocupante quando vemos que além da dependência de fundos europeus e da inconstância das receitas próprias, as despesas não param de subir, ano após ano em: limpeza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

urbana; transportes; despesas com pessoal; fornecimento de serviços, entre outros. As despesas com pessoal aumentam de 2018 para 2025 mais de 2.7 milhões de euros, retirando a transferência de competências. A aquisição de serviços teve um aumento de mais de 4 milhões de euros no mesmo período. São quase 7 milhões de euros a mais na despesa. Por exemplo, só no regime de tarefa ou avença, em 2018 foi cerca de 185 mil euros. Em 2025, o senhor Presidente da Câmara Municipal prevê gastar 730 mil euros. Só de 2024 para 2025, prevê-se um aumento de 271 mil euros. Quando se defende um vínculo seguro nas câmaras municipais e nas empresas, o pessoal em regime de tarefa ou avença tem um aumento tão grande em tão pouco tempo! Não me parece que seja uma boa medida. Também a limpeza e recolha de resíduos sólidos que em 2018 era pouco mais de 1 milhão de euros, em 2025 é de 1.841 mil euros, quase duplica, e poderia falar de outras situações. Continuamos, assim, a assistir a um aumento das despesas fixas, nomeadamente, as de pessoal e de aquisição de bens e serviços. Se nas despesas com pessoal se pode afirmar que parte do aumento se deve a atualizações de ordenados e à entrada de novos funcionários, já nas aquisições de bens e serviços não se entende o brutal aumento. É legítimo voltar a perguntar, por exemplo, se com a entrada de novos funcionários não se justificava uma diminuição na contratação externa de alguns serviços? Ou, porque é que continuamos a ter contentores de lixo cheios, durante vários dias (com fotografias, como o senhor Presidente da Câmara solicitou), se todos os anos o Município paga mais na rubrica de recolha de resíduos? Neste documento podemos ver que o Executivo tenta corrigir uma falha grave sobre a habitação, este orçamento tem um destaque muito grande para a construção de habitação, nomeadamente, habitação social, o que nós saudamos, graças ao PRR e à aceleração que foi necessária fazer para se cumprir prazos. O PS nacional sofre do mesmo mal que o PS local, de que *"os prazos não são para cumprir"*. Apesar disso, o investimento público na habitação neste orçamento é completamente omissivo, escasso e sem estímulos para os privados. Esta classe foi esquecida no País durante anos e, em particular, em S. João da Madeira. Para o Executivo PS, ser da classe média é ser um privilegiado e, por isso, este orçamento não tem uma medida que ajude esta classe. Em suma, gastamos muito mais dinheiro, mas os serviços prestados são, cada vez mais, de inferior qualidade e não temos atividades/projetos agregadores, atrativos que nos coloquem no mapa como uma referência. Um orçamento omissivo/escasso do ponto de vista



H
A
P

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

privado e do apoio ao tecido produtivo, porque não existe nenhuma medida para este setor. Não existe um único projeto que se destaque como âncora para pessoas e empresas. Não temos uma medida diferenciadora para o comércio local ou para a indústria. Ainda não temos: as piscinas municipais; campos de ténis; Sanjotec 3, etc. Estamos cada vez mais remetidos para a mediocridade. Está na hora do Diretor Comercial ser despedido com justa causa! -----

--- **PAULO ANTUNES / PS** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----

--- Estamos aqui para apreciar e votar as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025", sendo que estamos perante o maior orçamento alguma vez apresentado em S. João da Madeira, por força da forte capacidade de captação de investimento. Neste quadro de forte investimento municipal, não posso deixar de destacar o montante total de despesa que vamos ter com a iluminação pública em 2025 - 180 mil euros, o valor mais baixo dos últimos anos. Como sabem, o Executivo socialista optou por realizar o investimento para a instalação de luminárias eco-eficientes leds, em vez de permitir que uma empresa de serviços energéticos o fizesse. Esta opção, que foi apoiada pelo PS, permite que a poupança de cerca de 70 % que se verifica de 2017 para 2024, seja canalizada para as políticas municipais que fazem a diferença e que vão ao encontro das necessidades dos sanjoanenses. O investimento realizado por este Executivo contribui para a sustentabilidade ambiental e económica, por via da redução das emissões de carbono e das poupanças ao nível do consumo energético. Mas também contribui para a sustentabilidade social do nosso Município, porque verificamos que os 300 mil euros de poupança são investidos nos lanches escolares e no apoio à vacinação não comparticipada que beneficiam as crianças sanjoanenses. Estamos a cooperar para a sustentabilidade social e, nesse sentido, o PS não só felicita este Executivo pela opção de ter assumido o investimento para a colocação das luminárias eco-eficientes leds, como aplaude a opção política de investir este valor nos LES e no apoio à vacinação não comparticipada. Relativamente ao Mapa de Pessoal para 2025 e, após uma leitura atenta, verifica-se que este Executivo para fazer face e executar o maior orçamento de sempre, propõe uma estrutura equilibrada com uma maior rentabilização dos recursos existentes. Verifica-se um natural aumento da despesa nesta rubrica, consequência da integração de funcionários das escolas e do centro de saúde, resultado da descentralização de competências nestas áreas e também da valorização salarial, iniciada no Governo do PS e que o atual Governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

mostra sinais de querer seguir. Tal como anunciado pelo Ministro da Presidência, 2025 trará um aumento de 56,58€ para os vencimentos brutos mensais até 2.630,00€, 2,15% para vencimentos brutos superiores a 2.630,00€ e de 5% nas ajudas de custo. Desta melhoria salarial, resulta um aumento do montante da taxa contributiva que é suportada pela Câmara Municipal. Perante estes dados, fica claro que o aumento da despesa resulta da valorização salarial e do descongelamento das carreiras, factos que orgulham o PS. Saliento também o facto relacionado com a previsão da ocupação de postos de trabalho com recurso a mobilidade inter-carreiras no órgão. Esta atitude demonstra que este Executivo acredita nas capacidades dos seus trabalhadores e permite que, a quem preencha os requisitos legais, possa progredir profissionalmente, traduzindo-se daí uma valorização salarial. Este ato, que infelizmente não é muito comum nas instituições públicas, demonstra que existe um acreditar no profissionalismo e nas capacidades dos nossos trabalhadores. Neste sentido, o PS, para além de elogiar a ação do Executivo Municipal, também quer deixar um reconhecimento público aos trabalhadores da Autarquia pelo esforço que diariamente dedicam aos sanjoanenses. Em face da constatação de equilíbrio e valorização de carreiras presente neste Mapa de Pessoal, o PS vai votar favoravelmente. Não posso terminar sem deixar aqui uma nota importante, até porque já foi dito que o verdadeiro aumento da despesa com recursos humanos, seja ele pelo mapa de pessoal ou por contratação de muita atividade imaterial, se deve ao facto que é indesmentível de, 2016 para 2024, assistirmos em Portugal e em governos do PS, a um aumento do Salário Mínimo Nacional de 530€ para 820€. Estamos a falar de um aumento de 290€ em 8 anos. Eu acho que isto é um sinal claro daquilo que é hoje a retribuição que tem que ser paga ao trabalhador português. -----

--- **EVA BRAGA / BE** – No uso da palavra, disse: -----

--- **Taxas municipais 2025** - As propostas que a Câmara Municipal nos traz aqui hoje são iguais às dos anos anteriores. Por isso, os argumentos e propostas do BE são também semelhantes às propostas do ano anterior. Isto porque as condições de vida das pessoas não melhoraram. Mas os lucros das grandes empresas continuam a subir. Em poucas palavras, a riqueza não é distribuída. É injusto. Estas taxas que são aplicadas pelos municípios, poderiam ajudar na justa distribuição da riqueza. Por isso, defendemos que se deve cobrar a taxa de Derrama por inteiro e utilizar essa verba para ajudar as pessoas que mais precisam. O mesmo se aplica à chamada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

"participação variável do IRS", a lei diz que os municípios podem fixar esse valor até aos 5%, ainda assim, o PS volta a propor fixá-lo apenas em 4,5%, ou seja, abdicando de 0,5% que serão devolvidos às famílias. Quem é que beneficia disto? A resposta é, mais uma vez, quem tem dinheiro é que vai beneficiar. E não me canso de dizer que, quem vive com uma pensão baixa ou com o salário mínimo não paga IRS, por isso, não vai ter devolução nenhuma. Esta medida representa zero cêntimos para todas as famílias mais pobres. O que não é justo, já que, como disse atrás, estas taxas deveriam contribuir para ajudar quem mais precisa e para redistribuir. E neste caso, quem mais precisa fica de fora. Mas quem tem dinheiro e quem ganha muito, vai receber algumas centenas de euros na liquidação do seu IRS. Não é justo. Era mais justo transferir os 0,5% da diferença para o programa S. João Solidário, por exemplo. Este programa permanece com 150.000€ e tinham aqui uma boa oportunidade para o reforçar, tanto por via do IRS como pela Derrama. Um cálculo rápido, segundo os números da própria Câmara Municipal no orçamento que apresenta, fixar a participação variável nos 5%, equivaleria a mais 150 mil euros, verba que o BE defende que seja utilizada em programas sociais, em vez de devolver IRS a quem ganha muito. Usar esse dinheiro para apoiar quem tem mais dificuldades, isso sim, é uma política de justiça. Quanto ao IMI, voltamos a lembrar que não estão a ser utilizados todos os instrumentos possíveis, como por exemplo, reduzir em 20% a taxa a aplicar a prédios arrendados, para promover a disponibilização de habitação para arrendamento. E volto a deixar também uma sugestão à Câmara Municipal, embora não seja da sua responsabilidade direta, para que atue de forma a influenciar o legislador para que o IMI se torne um imposto progressivo. Não é justo que uma habitação do tipo mansão seja taxada pelo mesmo valor que um apartamento de tipologia reduzida ou uma pequena casa rural. O BE propõe, assim, as seguintes alterações às propostas que a Câmara Municipal apresenta para as taxas municipais: **1-** Proposta a acrescentar àquilo que a Câmara Municipal propõe em matéria de IMI - Redução de 20% para prédios arrendados; **2-** Proposta para alteração ao que a Câmara Municipal propõe em matéria de Derrama - 1,5% taxa geral; **3-** Proposta para alteração ao que a Câmara Municipal propõe em matéria de IRS - 5% com transferência da diferença para o Programa de Apoio às Famílias - S. João Solidário.

Orçamento - O BE apresentou propostas para este orçamento municipal em torno de 5 eixos: habitação; transportes; apoios sociais, água; ambiente, espaços verdes, animais; cultura. De



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

forma mais concreta, propusemos que este orçamento contemplasse medidas como: a regra de que 25% da nova construção em altura revertesse para rendas a custos controlados, ou, a mobilização dos imóveis devolutos existentes na Cidade, para garantir casa a rendas comportáveis por toda a gente. Nada disto consta deste orçamento, nos últimos 5 anos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, o preço das rendas em S. João da Madeira aumentou 41% e o preço dos imóveis vendidos no Concelho aumentou 55%. Resultado, cada vez mais pessoas têm dificuldade em pagar uma casa em S. João da Madeira. No Plano Local de Habitação, publicado em 2019, identificavam-se mais de 200 pedidos em espera para habitação social. Agora são quase 400, ou seja, piorou e muito. Entre 2019 e 2024, quase que duplicou o número de pessoas em espera para habitação social. E não é por acaso, é que enquanto a situação não cessa de piorar, a Câmara Municipal tem a tendência a ser lenta e em anunciar mais do que concretizar. Enquanto os preços das casas disparam, não há resposta pública em S. João da Madeira. Enquanto mais e mais pessoas vivem na iminência de perder a casa, de ir para a rua, de perder a habitação, a Câmara Municipal continua sem dar soluções a estas pessoas. E prova disso, é que hoje há mais necessidades habitacionais, existem mais pessoas à espera de habitação social e mais pessoas a querer respostas públicas. Enquanto isso, esta Câmara Municipal apresenta o último orçamento do seu segundo mandato e tem para mostrar meia dúzia de casas prontas no terreno. Dois mandatos inteiros para isto. Dois mandatos em que a crise habitacional só aumentou! Outras medidas que propusemos: reforçar os transportes urbanos de S. João da Madeira com, pelo menos, mais 2 linhas de TUS e com autocarros a passar de 15 em 15 minutos. É perfeitamente possível termos uma rede de transportes que seja rápida e eficiente. Basta que as rotas não demorem 1 hora a serem percorridas e que as pessoas não tenham de esperar outra hora para que passe o próximo autocarro; indexação de todos os apoios sociais ao valor do Limiar da Pobreza e não ao IAS, alargando o apoio social a mais pessoas. É óbvio que o apoio social deve ser destinado, pelo menos, a quem vive abaixo do limiar de pobreza e não apenas a uma parte destes. Isso é o que está a acontecer atualmente, quando a maior parte dos regulamentos definem o Indexante de Apoios Sociais como critério. O que se está a fazer é excluir de apoios sociais imensas pessoas que vivem na pobreza. Não é sequer compreensível que isso aconteça. Propusemos ainda: implementar a tarifa social automática da água, que abrangeria de forma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

automática cerca de 1.800 famílias sanjoanenses (dados de setembro de 2024) e a remunicipalização da água e conseqüente retirada da Indáqua da exploração de um bem que é público; criação de um novo parque verde entre o Orreiro e Casaldelo, protegendo a área de Reserva Agrícola e a ligação entre os parques verdes da Cidade, através da expansão da zona arborizada, com ciclovias e vias pedonais, a começar por: ligação do Parque do Rio Ul com o Parque Ferreira de Castro; programação semanal de cinema através da adesão ao programa Rede Europa Cinemas e a criação de bolsas de criação artística para áreas como escrita, teatro, pintura, cinema ou música, entre outras. Nada foi contemplado neste orçamento que é aqui apresentado, pelo que o BE só pode votar contra. De nada serve anunciar que é o maior orçamento de sempre, se depois não se aplica o dinheiro onde ele é preciso. A habitação é o que se sabe, anos e anos de esperas, anúncios e casas novas não se vêm. Muito pouco, quase nada tem sido feito nesta matéria e, mesmo que todos os anúncios feitos já tivessem sido concretizados (coisa que provavelmente demorará anos a acontecer), isso não daria para dar resposta a 1/3 dos pedidos de habitação social, quanto mais aos cerca de 1.000 casos identificados na Estratégia Local de Habitação, de pessoas que vivem em locais com carência de infraestruturas básicas. As verbas para programas de ação social não se alteram significativamente. Os programas mantêm-se os mesmos, com as mesmas verbas e com os mesmos critérios de acesso. Mantendo tudo assim, como a Câmara Municipal quer manter, o que se espera é que em 2025 falem programas e verbas para apoiar os que precisam de apoio e existam, cada vez mais, pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza sem acesso a programas sociais. Este não é o orçamento que a Cidade precisa! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Discutimos hoje o último orçamento deste mandato e aquele que se espera ser o último do PS. Por essa razão e, à semelhança do que fiz em 2018, numa das minhas primeiras intervenções enquanto Deputado municipal, creio que importa abordar a história das coisas. Em 2012, no seu último discurso do "11 de Outubro", o Presidente da Câmara Municipal, Manuel Castro Almeida, escolheu fazer um balanço e não falou de Soares nem de Humberto Delgado, mas de obra feita que estava à vista e publicada no livro "10 anos e 100 obras". Falou das orientações da ação municipal porque podia falar. O Executivo que liderava tinha 3 mandatos marcados pelo rigor,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

visão estratégica, inovação e pela obra. Acima de tudo, tinha 3 mandatos marcados pelo respeito para com os compromissos assumidos. Falou do equilíbrio das contas, da dívida que reduziu para metade, da diminuição e eliminação de taxas e impostos, da manutenção do IMI abaixo do limite, do aumento do investimento em 40% e do aumento do património municipal em 70 milhões de euros. Tudo isto graças a um exercício de poupança corrente e, sublinho, a um grande rigor nas empreitadas. Referiu também o bom relacionamento com as instituições, baseado na cooperação e não no confronto, a preocupação em tratar por igual diferentes zonas da Cidade, a forte aposta na educação e o elevado crescimento do setor social, com a criação de novos espaços de convívio para idosos, o programa escola solidária, a comparticipação de medicamentos para idosos e as intervenções nos bairros sociais. Relevou o esforço de planeamento, referindo os planos que o Executivo encomendara e a preocupação que tivera com o desenvolvimento económico e a criação de riqueza. Dos 51 objetivos apresentados nas 3 eleições, 49 estavam cumpridos e mais de 80 obras de relevo haviam sido realizadas. Orgulhoso, o Presidente da Câmara Municipal Castro Almeida, terminou a sua intervenção dizendo *"cumprir promessas, é uma questão de honra"*. Podia ter dito mais, podia ter falado da requalificação de todo o parque escolar e da construção de novas escolas. Um exemplo disso, é a escola João da Silva Correia. Podia ter falado: nas rotundas ajardinadas como as conhecemos hoje e que são uma marca da Cidade; das condições que os seus Executivos haviam criado para que novas áreas de conhecimento, inovação, tecnologia e criatividade se somassem aos setores tradicionais, com serviços públicos eficientes e uma rede social atuante; no conjunto de obras importantes e produtivas, como a Oliva Creative Factory, Casa da Criatividade, Sanjotec 1 e 2, Museu da Chapelaria, Paços da Cultura, Torre da Oliva, Centro de Formação Desportiva, Academia de Música, Quartel Escola dos Bombeiros Voluntários, Parque urbano do rio Ul. Iniciativas pioneiras numa altura em que em S. João da Madeira fazíamos futuro, como as aulas de mandarim no 1º ciclo, o turismo industrial e o TEC Net. Na verdade, o Presidente Castro Almeida podia ter falado de Soares ou de Humberto Delgado, mas, naquele caso, com tanta obra e desenvolvimento, o essencial ficaria por dizer. Havia, no entanto, quem achasse mesmo assim e por surpreendente que pareça, que a Cidade estava estagnada, que não era possível identificar uma ação ou ideia nova, que os projetos eram antigos, que os orçamentos denotavam menos ambição do que os anteriores, que as propostas da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

oposição eram desprezadas, que a gestão autárquica estava centrada para os ciclos eleitorais, que S. João da Madeira reunia condições únicas e era uma Cidade com potencial desenvolvimento desaproveitado, que reunia condições únicas para ser uma Cidade de excelência, até pela sua dimensão geográfica reduzida, facilitava, significativamente, os problemas de gestão e que a Cidade devia ser digital, tecnológica e não um centro comercial. O que importava, no fim de contas, eram os resultados concretos porque, e cito *"nenhum político se pode contentar pela aprovação de um documento escrito"*. Por mais surpreendente que pareça, estas palavras foram ditas por Jorge Sequeira, o que me leva a pensar como tão elevados padrões de qualidade, o que diria o crítico Jorge Sequeira relativamente à governação atual da Cidade? O que diria sobre o estado de estagnação a que o seu Executivo votou a Cidade? Que ação, ideia, projeto, obra ou marca relevaria? Que resultado concreto teria para apresentar aos sanjoanenses? O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que continua a prometer para o futuro aquilo que no passado prometeu para o presente? Diria que eram projetos antigos, que não estão feitos porque a gestão autárquica está centrada para os ciclos eleitorais. Diria que não há ambição. O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que inaugurou na gestão autárquica sanjoanense a quebra de consensos em questões estratégicas, impondo sempre a sua vontade, tal como aconteceu com a Avenida do Brasil e que ignora as propostas da MCP? Diria que a oposição está a ser desprezada. O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que falhou na construção da Sanjotec 3 e 4, que acabou com o TEC Net, ao mesmo tempo que iam aumentando em S. João da Madeira as superfícies comerciais (contra as quais nada temos)? Diria que era um Executivo preocupado em transformar a Cidade numa superfície comercial, ao invés de a transformar numa Cidade digital e tecnológica. O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que teve os maiores orçamentos de sempre e as mais baixas taxas de execução da história? Diria que é um Executivo que se contenta com a aprovação de um documento escrito. O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que deixou a Cidade menos atrativa, que afugenta investimento e empresas? Na verdade esta é fácil, porque o disse no passado, que as más decisões ao nível do planeamento têm consequências negativas para a Cidade na atração de investimento e empresas. Certamente que, agora, tem facilidade de reconhecer que este Executivo tomou más decisões ao nível do planeamento. O que diria Jorge Sequeira de um Executivo que aumentou significativamente as despesas correntes que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

representam hoje 55% do orçamento e que não foram acompanhadas por um aumento proporcional de receita? Ou de um Executivo que aumentou significativamente o número de pessoas em regime de tarefa ou avença? Certamente diria, como disse no passado, que é muito preocupante. Vejam de onde viemos e reparem onde chegámos! Não existe hoje na Cidade nenhuma obra que em 2017 já não soubessemos que iria existir. Este Executivo ficará lembrado como aquele que queria as piscinas, mas não queria assim tanto. Demonstraram que não são diferentes do PS que as chumbou, mas se para alguma coisa a vossa ação nesta matéria serviu, foi para mostrar que efetivamente as piscinas são feitas de fases, ou fazes ou não fazes, e os senhores não vão fazer! Este Executivo ficará lembrado como aquele que cria muito isentar o IMI e o IMT para jovens até aos 30 anos na aquisição de habitação própria e permanente. Esteve quase, quase, não fosse o Governo da Aliança Democrática se ter antecipado e cumprido num mês o que este Executivo não conseguiu cumprir em 7 anos. Este Executivo ficará lembrado como aquele que queria uma Cidade limpa, inovadora e sustentável, mas que reduziu a frequência da recolha de resíduos, criando um grave problema, que cobra mais sem premiar quem separa e quem recicla. Este Executivo ficará lembrado como aquele que queria uma Cidade liderante, mas que se concentrou em manter uma governação corrente, com uma liderança que mais não é, do que um triunfo da imagem sobre a substância. Uma liderança que patina em burocracia, que não inova, não arrisca, não vai mais além, bem à imagem daqueles que não fazem, não decidem, que se limitam a gerir e que raramente cometem erros. Este Executivo ficará lembrado como aquele que se contentava com a aprovação de documentos escritos, que se apresentou à Cidade com uma visão de futuro, que prometeu tudo e um par de botas, mas não cumpriu e, no fim, acabou a estragar a palavra futuro. O que aqui discutimos hoje não é bem um orçamento, é um exercício de repetição de promessas requeentadas, de missões tímidas e desprovidas de qualquer visão de futuro. Sócrates também tinha visões, Guterres tinha paixões e Jorge Sequeira tinha intenções. Tivesse havido arte e engenho, hoje teríamos certamente uma Cidade num patamar de desenvolvimento e afirmação completamente diferente, mais solidária, mais competitiva e novamente liderante. Por isso repito, vejam de onde viemos e reparem onde chegamos. Termino com uma frase de Alexandre Herculano que disse um dia "*é erro vulgar confundir o desejar com o crer*". O desejo mede os obstáculos mas a vontade vence-os. Foi a vontade de honrar a história



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

da nossa Cidade e das coisas que pautou sempre a governação dos partidos da MCP. Construámos com todos uma Cidade liderante, dinâmica e diferente, com a ânsia de tudo reverter e de mudar a história das coisas. O PS deixa-nos como legado um presente que diz muito pouco de um passado que já foi futuro. -----

--- **RAQUEL PINHO / PS** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Eu confesso que não consigo compreender que nesta sala se torne muito mais fácil apontar o dedo e dizer mal ao que está sendo feito, nas visões individuais, em vez de reconhecer que, mesmo sem elogiar, o tanto que tem sido bem feito. É legítimo, naturalmente, que existam críticas e discordâncias, mas não podemos permitir que ofusquem os avanços e esforços que têm sido feitos. Por isso, e após uma análise livre de dogmas que pude fazer ao nosso orçamento anual, gostaria hoje de destacar, com especial ênfase, a rubrica da ação social, que se revela um verdadeiro pilar de apoio às famílias e indivíduos mais vulneráveis da nossa comunidade, demonstrando que ninguém deve ser deixado para trás. Começo por evidenciar o aumento significativo da dotação para o Regulamento do Programa de Apoio às Famílias – S. João Solidário, que para o ano de 2025 prevê 150 mil euros. Este programa demonstra uma evolução notável face ao programa de emergência social que estava em vigor em 2017, não só em termos orçamentais, dado o exponencial crescimento de 57 mil euros, como, e sobretudo, na abrangência e natureza das iniciativas orçamentadas. Enquanto o programa anterior era limitado a situações de emergência social, o atual alarga-se a outros contextos de vulnerabilidade, com tipologias de apoio mais diversificadas e valores significativamente mais robustos. Destaco ainda a eliminação do limite de apoios anuais por família, garantindo uma resposta mais adaptada às necessidades reais das pessoas. Para além do apoio direto às famílias, este orçamento também se foca em questões habitacionais, com o reforço do Programa de Apoio Social ao arrendamento, que continua a crescer, passando de 24 mil euros em 2017, para os 60 mil euros previstos para 2025. Este suporte permite apoiar mais famílias no pagamento das suas rendas, o que contribui para a estabilização das condições habitacionais, sobretudo, num contexto de aumento do custo de vida. Realço ainda o compromisso do Município com cantina social da Misericórdia e o apoio a iniciativas como a teleassistência domiciliária, oficina do idoso e o banco local de voluntariado. Cada uma delas desempenhando um papel determinante na edificação da coesão e no combate



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

ao isolamento social. É também digno de nota o apoio às pessoas com incapacidade, através da comparticipação de medicamentos e o incentivo ao sucesso académico com as bolsas de estudo a alunos do ensino Superior, cujas verbas totalizam 53.200 euros. Por fim, não posso deixar de sublinhar os 2,9 milhões de euros alocados ao PRR, que reforçam a capacidade de resposta do Município em áreas essenciais e os mais de 300 mil euros provenientes da descentralização de competências na ação social, um desafio que exige do Executivo extrema competência, imensa atenção e grande sensibilidade. A ação social é, sem dúvida, um pilar de desenvolvimento e justiça social. Este orçamento reflete um esforço claro no reforço da proteção às famílias, idosos e demais sanjoanenses em situação de vulnerabilidade, demonstrando que S. João da Madeira não vira as costas a quem mais precisa, porque acreditamos que investir nas pessoas é construir um futuro mais digno, justo e solidário para a nossa Cidade. Penso que, enquanto munícipes, nos devemos orgulhar de ver S. João da Madeira a colocar as pessoas no centro das suas prioridades. Este orçamento não é uma mera alocação de números, acaba assim por ser uma declaração de valores, que reflete o compromisso de não deixar ninguém para trás. É motivo de regozijo ver que o nosso Município reconhece as dificuldades de quem mais precisa e dedica uma parte significativa do orçamento à criação de um tecido social mais forte, coeso e humano. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra, disse: -----
--- Depois de alguns exercícios que nos fazem refletir, de outros que nos fazem rir e de outros que nos fazem achar que estamos no manicómio, cumpre-nos analisar aquele que é o maior orçamento da história de S. João da Madeira. Este orçamento não foi estendido num tapete vermelho por nenhum Governo. Foi fruto do trabalho desta Câmara Municipal na captação de fundos europeus para projetos importantes para o futuro da Cidade. Relativamente a 2024, são mais 7 milhões de euros em projetos e em obras estruturantes para o futuro do nosso Concelho. São tantas medidas e tantas obras que, nem que falasse o triplo daquilo que falou a MCP, conseguiria daqui sair. Pouparei a todos os sanjoanenses que nos ouvem esse exercício porque não adere à realidade. Basta sair à rua para vermos o dinamismo socioeconómico da Cidade: nova zona industrial das Travessas; investimento em habitação pública e privada; escola Serafim Leite e o novo bloco que era desejado/almejado há muitos anos, com os campos de jogos pioneiros de topo, os melhores da nossa região e, talvez, do nosso País, que foram construídos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

nesta escola. O exercício da narrativa que a MCP aqui fez não passa disso mesmo. Muito bem feito, muito bem lido, sem engasgos e com muita imaginação, mas com pouca realidade que não nos convence, de todo, porque os alunos estudam nas nossas escolas reabilitadas e há famílias que vivem nas 130 casas que requalificamos ao longo dos últimos anos. Por isso, não convence ninguém. Estamos aqui para falar do futuro e este orçamento representa perfeitamente a ambição do PS perante a possibilidade que nos foi dada com o PRR de arrecadar muitos milhões de euros de fundos comunitários. Arregaçamos as mangas, elaborámos projetos e criámos condições para executar investimentos importantes para a Cidade. Alguns deles, mesmo com o voto contra da MCP, por exemplo, as obras na Avenida do Brasil. Eram contra, antes de conhecer o projeto porque não havia financiamento; depois, eram contra quando conheceram o projeto. Pretextos para serem contra. Agora que há financiamento, continuam a ser contra. Eles estão contra o fazer a obra, são contra o desenvolvimento da Cidade e sempre foram contra. Mas vamos ter de fazer esta obra, porque é uma questão de justiça e de desenvolvimento daquela zona. Já requalificamos diversas entradas da Cidade e falta esta. Depois, será a zona do lugar da Ponte, os moradores, comerciantes e população merecem, tanto quanto mereciam os da Praça e das ruas Oliveira Júnior e Oliveira Figueiredo. É merecido e vamos fazê-lo! Este orçamento tem mais e melhor habitação, melhores equipamentos para a saúde e educação. Permite-nos construir uma Cidade melhor e mais harmoniosa. Estes são, para o PS, os pilares fundamentais para uma comunidade melhor. São marcas da nossa governação e este orçamento reforça esses investimentos. Entendemos e temos dito, ao longo destes 7 anos que *"se fosse para fazer igual, os sanjoanenses não tinham decidido eleger o PS"*. E cá estamos nós com as nossas diferenças, percebemos, mas sempre dissemos que iríamos fazer diferente e ninguém pode dizer que foi ao engano. Este orçamento tem as nossas opções políticas e dizemos aquilo que queremos fazer. Os partidos da oposição devem dizer o que é que deixariam de fazer para fazer outras coisas, porque o orçamento não estica. Sobre a ambição que comporta este orçamento, estamos esclarecidos. Para o PS, este é o maior e o melhor orçamento, vai continuar a investir na habitação pública, apoiar os mais desfavorecidos, manter programas de apoio à educação, à saúde, à ação social, à cultura, ao desporto e ao associativismo, que leva bem longe o nome de S. João da Madeira por este País e pelo mundo fora. Vamos continuar a investir em muitos projetos imateriais da maior relevância e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

também em obras relevantes nas escolas: Parrinho, num investimento superior a 700 mil euros; Fontainhas; execução do Ciclo Preparatório. Estes são investimentos na área da educação que complementam outros, mas vamos também dar seguimento a vários investimentos na requalificação urbana da Cidade inclusiva e na rede viária. Vamos atualizar o projeto de arquitetura do Atqº Souto Moura para as piscinas municipais, estamos empenhados em encontrar soluções porque, de 2015 a 2017, não encontramos qualquer solução deixada para esta obra e o outdoor que o PSD colocou no lugar da Ponte não corresponde à realidade. Este é o melhor orçamento porque é partilhado/multiplicado com a Cidade e com a sociedade: CERCI, que é uma instituição que nos merece confiança por todo o serviço que desempenha na nossa Cidade. Apoiamos com o projeto e na execução da construção do Lar Residencial para mais de 30 utentes, muito importante para muitas famílias; Santa Casa da Misericórdia de SJM no apoio à construção da nova unidade de Cuidados Continuados Integrados, que vai aumentar o número de camas para mais de 60. É outra instituição da Cidade que nos merece confiança por todo o trabalho que tem feito na área social. Neste caso, o apoio médico a pessoas que têm doenças incuráveis/terminais; SP para as obras de requalificação da esquadra; Centro de Saúde para as obras de requalificação do edifício; ginásio social; ATL's Gente Miúda e Estudaria; associações desportivas; associações culturais; associações juvenis; instituições sociais, que saudamos, pelo papel absolutamente insubstituível que este setor desempenha na nossa Cidade e que nos merece todo o apoio e confiança. Sem referir os muitos investimentos privados relevantes que estão em curso no Município, mas que estão a ser realizados por iniciativa da Câmara Municipal, que sem nenhum dogma ideológico, lançou uma série de investimentos: hotel que está a ser construído no palacete dos Condes; campos de padle e ténis que vão ser construídos nas Travessas. Este é um orçamento que tem a grande virtude de se desdobrar, partilhar e de fazer crescer a Cidade. É um orçamento no plural! Com o PS a governar, durante estes anos, deixamos de ser uma Cidade de betão, pautamos por sermos uma Cidade solidária e que governa também com o coração. É por isso que, naturalmente, não podemos esperar que a oposição reconheça esta política, pois são formas diferentes de estar, mas é uma política diferenciadora que nos orgulha enquanto socialistas e sociais-democratas. São medidas concretas e reais que fazem a diferença na vida de muitas pessoas e de muitas famílias sanjoanenses. É uma questão de solidariedade, nós temos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

perspetiva de que a Câmara Municipal deve ajudar para encontrar soluções coletivas. É por isso que a nossa governação se pauta muito por estes projetos. Mantemos uma política fiscal equilibrada que nos tem permitido desenvolver estes projetos. Muito mais haveria para dizer mas, resumidamente, entendemos que este orçamento traz uma energia renovada para S. João da Madeira. Temos a plena convicção de que, depois destes investimentos serem executados, será um Concelho melhor, mais desenvolvido, de cara lavada, mais solidário, mais coeso, com mais de habitação pública e privada para as famílias da classe média e para aquelas que não têm forma de aceder ao mercado de habitação e precisam de um teto digno para viver. Há pouco, o BE falou que a lista de espera para habitação social é de cerca de 400 famílias. Pois bem, é também altura de recordar as nossas diferenças com a direita relativamente à habitação, porque o PSD alienou mais de metade do património que existia de habitação pública no Concelho. Estamos a corrigir, agora, esse erro, das 1.200 habitações que a empresa Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação E.M. detinha, o PSD alienou mais de 600. Não é possível existir uma política pública de habitação sem habitação pública! Estamos agora a fazer o caminho inverso e a recuperar o tempo perdido, mas estamos a fazê-lo. Em países mais desenvolvidos, conservadores e governados mais à direita, como é o caso da Holanda e da Áustria, há 20% de parque público de habitação. Em S. João da Madeira tivemos a alienação de 50%! Senhora Deputada do BE, se não tivéssemos alienado aquele património, como estaria hoje a lista de espera para habitação social? Estamos a recuperar esse tempo perdido e a viver um momento absolutamente histórico. Eu sei que não gostam, mas tenham calma, eu também vos ouvi em silêncio. O povo é sereno, estamos aqui para discutir estas posições. Naturalmente que respeitamos outras posições políticas, mas voltámos a construir, passados 20 anos, habitação pública em S. João da Madeira. Isto é magnífico, foi aproveitando as políticas públicas do Governo PS e as que o Governò PSD está a dar seguimento. Esperemos que tenham um impulso ainda maior para os muitos projetos para que aguardamos financiamento. A Câmara Municipal teve a audácia de os elaborar, mas precisa de orçamento e financiamento para os fazer. Aproveitando a referência que fez ao Dr. Castro Almeida, fica também aqui o nosso apelo para que ele tenha a capacidade e a força política, dentro daquilo que são os programas existentes de financiamento, de conseguir atrair esse investimento para o nosso Concelho, para a execução de projetos que já existem e que são muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

importantes para o desenvolvimento de S João da Madeira. Mais habitação, melhor educação, melhores cuidados de saúde, mais empresas, mais emprego, mais economia circular, mais pessoas a viver aqui, como referem os últimos Censos e, em resultado de toda a habitação que está a ser criada, isso irá continuar a verificar-se. Olhando para este macro cenário, vê-se uma Cidade com futuro. Quando olhamos para S. João da Madeira de forma apaixonada como nós olhamos, vemos uma Cidade mais justa e mais igualitária para todos, o que nos orgulha. Dos bairros mais periféricos às zonas mais centrais, tratamos todos por igual, com níveis elevados de qualidade de vida, com dinamismo e com desenvolvimento. Podem continuar a contar com o PS, estamos aqui para executar, trabalhar, honrar e cumprir os nossos compromissos. No final, vamos pedir aos sanjoanenses que renovem o seu voto de confiança, tal como renovaram nas últimas eleições autárquicas em 2021 e tal como confiaram no PS nas eleições autárquicas de 2017, para mudar o rumo que a nossa Cidade levava. Uma última referência, em tom provocatório e de alguma brincadeira, falou muito dos mandatos do Dr. Castro Almeida, mas não fez nenhuma referência ao Dr. Ricardo Figueiredo. Permita-me que faça esta referência ao Dr. Ricardo Figueiredo, porque foi o Presidente da Câmara Municipal que, quando terminou o seu mandato, fez um despacho para *"se parar com a alienação de habitação pública em S. João da Madeira"*. Por isso, também o queríamos saudar! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Felizmente, o senhor Deputado disse ao que vinha. Começou por dizer que algumas intervenções o tinham feito rir, provavelmente, mas ainda não ouvi nenhuma que fizesse parecer que estávamos num manicómio. O PS *"perdeu o norte"* e, como não tem nada para dizer, inventa que a MCP foi contra a obra da Avenida do Brasil. Eu recordo que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, o investimento desta obra. Nós somos contra o modelo de financiamento e apresentamos alguma discórdia relativamente ao projeto e mantemos essa posição. Depois, fala das piscinas municipais, sinceramente, eu gostava muito que o PS tivesse tido o empenho/dedicação neste assunto como o que teve para a Avenida do Brasil. Os senhores nunca tiveram esse empenho porque, na verdade, nunca quiseram construir as piscinas municipais. Nós fomos na cantiga, mas não podemos esperar outra coisa de quem as chumbou. Não podemos esperar que, passados 5/7/8 anos, viessem, feitos Bartolomeu Dias da ambição ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

de Pedro Nunes Álvares Cabral da temeridade, dizer que iam fazer tudo e mais alguma coisa. O PS também não percebeu que a minha intervenção era para mostrar a diferença entre os mandatos. Ela é clara e abismal, porque nós prometíamos, cumpríamos e executávamos. Para nós, cumprir promessas, como dizia o Dr. Castro Almeida "era uma questão de honra". Entre 2018 e 2023, a média de previsão da despesa foi de 28 milhões de euros e a média de execução foi de 21 milhões de euros. Em 2012, tempo de pior memória e da Troika em Portugal, trazida pelo PS, o Executivo do PSD previu uma despesa de 25 milhões de euros e executou 29 milhões de euros. Isto quer dizer que, nós com metade do orçamento que os senhores têm para este ano, executamos mais num ano do que vocês na média de 7 anos. Esta é a principal diferença. Relativamente à habitação, quando nós chegámos à Câmara Municipal, tínhamos 2 funcionários na ação social. Quantos é que tem agora a Senhora Vereadora? Mas mesmo assim, nós requalificamos o parque habitacional e também as casas que não eram da responsabilidade da Câmara Municipal. Quando a Dra. Fátima Roldão, Vereadora responsável pela ação social, saiu, o senhor Presidente disse que "a saída era um acontecimento político e que retirava credibilidade à Câmara Municipal". Terei a oportunidade, numa 2ª intervenção, de desfazer o mito da venda de habitação municipal. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Estive com muito interesse neste debate. Relativamente à CDU, agradecer as referências que foram feitas e dizer que a Câmara Municipal está a trabalhar para fazer um plano de mobilidade. Vamos investir nisso, mas temos imensos resultados concretos a apresentar: se circular pela rua Visconde, junto ao Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado e da GNR, vai circular por passeios que não existiam; a Avenida do Vale também tem passeios que não existiam; as ruas Durbalino Laranjeira, Serafim Leite, Oliveira Júnior, Oliveira Figueiredo, Manuel Vieira Araújo também não tinham passeios. Foram imensas as intervenções, quer em passeios novos, quer em requalificações. Também requalificamos, completamente, o centro cívico da Cidade: praça Luís Ribeiro; Rua da Liberdade; zona da Capela de Santo António, que teve também o propósito de melhoria da mobilidade. Temos também projetos prontos para avançar em termos de mobilidade. Quanto à sua proposta do IMI e da tributação agravada dos imóveis devolutos, nós não temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

condições para a aplicar agora. Vamos estudar essa proposta para medir o seu impacto e verificar, em termos fiscais, como é que ela pode ser, eventualmente, aprovada no próximo ano. A escola a tempo inteiro é uma grande medida que nós apresentamos, porque não tínhamos durante o mês de agosto oferta pública para os pais que trabalham neste mês. Este ano teve uma grande procura e 137 famílias puderam beneficiar dessa medida. Cumprindo a legislação laboral, reorganizamos os períodos de férias das trabalhadoras e contratamos mais 5 assistentes operacionais, que superam os rácios e garantem este reforço. Esta é uma grande medida de carácter social que beneficia a qualidade de vida das famílias, a que se junta a muitas outras: lanches saudáveis, a Câmara Municipal apenas fornecia o almoço. Começamos por reintroduzir o programa de fruta escolar que tinha sido descontinuado. O lanche é fornecido às crianças de manhã e à tarde, é constituído por pão com recheio, fruta e leite/iogurte. Tem o propósito de garantir alimentação saudável às crianças e de apoio social às famílias que dele beneficiam. Sobre as intervenções do PSD, há uma conclusão que se pode tirar, não perdoam aos sanjoanenses o facto de terem votado no PS. O PSD está, nitidamente, zangado com os sanjoanenses e não perdoa o facto de, ao fim de 16 anos de governação de direita com o PSD no Governo e ao fim de cerca de 40 anos de governação de direita em S. João da Madeira que, em 2017, tenham dado uma vitória ao PS de 55%, contra a coligação PSD/CDS. Depois, que tenham renovado essa confiança com uma votação de 51% há 3 anos. Já quando tivemos aqui a discussão do último orçamento do 1º mandato, o PSD vaticinava que seria o último apresentado pelo PS. Registaram-se aqui muitas figuras do tempo da monarquia, portanto, vou continuar nessa sintonia da história. Aqui d'el rei, para espanto, surpresa e desmaio do PSD, a confiança no PS foi renovada, novamente, com uma maioria absoluta contra uma candidatura que reunia o PSD/CDS/IL. Foram mais partidos a concorrerem contra o PS e, mesmo assim, o PS ao fim de 4 anos, conseguiu ser eleito com mais de 50%. Isso, de facto, traumatiza o PSD, mas sobre isso, não podemos fazer nada para ajudar. Terão que se reconciliar com os sanjoanenses. Nós vivemos muito tranquilamente e há uma coisa que tem pautado a nossa intervenção, é dizer sempre a verdade às pessoas! Ao contrário do que pensa o PSD, as pessoas confiam em nós e na nossa palavra, razão pela qual, há investimentos que são feitos e investimentos que não são feitos. Percebem, porque nós explicamos e afirmamos sempre a verdade, sabem que há investimentos que só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

podem ser feitos com fundos comunitários e depois de termos feito os projetos. Sabem que a Câmara Municipal contraiu um empréstimo para fazer projetos, para ter possibilidade de candidaturas aos fundos comunitários, porque as coisas não caem do céu. Sabem que, ao longo da história da Cidade, os grandes projetos foram todos feitos com fundos comunitários. Nós explicamos com a verdade e as pessoas compreendem. Eu já expliquei na reunião da Câmara Municipal e publicamente que, o aumento de despesa com tarefas e avenças, tem a ver com a execução dos fundos comunitários, designadamente, com o programa do PRR de apoio às comunidades desfavorecidas, que tem uma dimensão imaterial de cerca de 1 milhão e meio de euros. Nós estamos a executar estes projetos e, se o PSD não quer este crescimento em termos de contratação de prestação de serviços e tarefas, diga, então, aos sanjoanenses que se deve abdicar deste valor em investimento. Estas contratações foram para fazer os projetos: ecocentro; Ciclo Preparatório, que custou mais de 300 mil euros; Sanjotec 3; Avenida do Brasil. Temos os nossos engenheiros e arquitetos ocupados a 100% a fazer os projetos de: reabilitação da fábrica Vieira Araújo; imóvel na rua Oliveira Júnior, que vamos juntá-lo com outro que já pertence à Câmara Municipal e que estava abandonado há dezenas de anos; reabilitação da esquadra da PSP, etc. Evidentemente que, quando há aumento de atividade, há aumento de contratação de serviços externos e isso está, claramente, explicado com o aumento do volume de empreitadas. Nós estamos com graus de execução muito elevados do Portugal 2030 e do programa de apoio às comunidades desfavorecidas, que é de 3 milhões de euros. Assim, como é que a despesa não haveria de aumentar? Estamos a reabilitar os ATL's Gente Miúda (vamos organizar uma visita ao local) e Estudaria; a fazer percursos pedonais na Mourisca; fizemos as hortas comunitárias na Mamoinha e na Rua de S. João de Brito; novo parque urbano da Devesa Velha, enfim, inúmeros investimentos. A Câmara Municipal teve um papel muito relevante na definição deste montante, porque a 1ª proposta que foi apresentada na Área Metropolitana para S. João da Madeira era de cerca de 750 mil euros. Nós envolvemo-nos num processo negocial exigente e relevante para conseguir esta verba. Se deitarmos ao lixo esse dinheiro, a despesa e a receita diminui, mas nós não vamos fazer isso. Este financiamento foi candidatado a 100% e está em franca execução. Dizem algumas frases que constituem uma completa distorção da realidade, como "a Câmara Municipal afugenta o investimento". Como é possível? Isso é de quem não vive nem circula em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

S. João da Madeira! O aumento do investimento privado na Cidade no setor industrial, comercial e habitacional é uma coisa absolutamente estrondosa. Basta circular pela Cidade para ver: prédios de habitação coletiva que estão em construção; novas empresas que se instalaram, foram construídas e ainda estão em construção na zona industrial das Travessas. Ainda hoje deferi o projeto de arquitetura de mais uma unidade empresarial para a zona industrial das Travessas. Nos últimos 7 anos, foram construídas variadíssimas e só não vê quem não quer. Mas o PSD deu-nos uma boa ideia, se calhar, nós vamos também fazer no fim do mandato um grande livro com todas as obras que fizemos, como fez o Dr. Castro Almeida. Ou se calhar, faremos no próximo mandato, porque nós ainda só temos 7 anos de governação, enquanto o PSD teve 16 anos! De facto, faz falta aqui a Dra. Paula Gaio para nos recordar alguns dados da matemática. Nós temos 7 anos e os senhores tiveram 16. O jogo ainda está a meio, mas o senhor está tão nervoso hoje, a sério, estou preocupado, acho que temos de montar aqui uma tenda do INEM. Este Município desenvolveu muitas políticas de saúde inovadoras que os senhores, até com alguma arrogância, ridicularizaram, algumas delas. Mas, se calhar, é a forma de aplacarem o vosso sentimento negativo por não as terem pensado antes e não as terem executado. Mas eu acho que, se calhar, nós vamos colocar aqui uma tenda de campanha do INEM, porque eu estou muito preocupado com a sua saúde, porque é uma pessoa muito jovem, promissora e era uma perda para a Cidade se lhe acontecesse algum problema durante as minhas intervenções. Portanto, tenha mais calma, mais serenidade e não fique com taquicardia. O PSD, de facto, tem este problema, compara o incomparável, faz discursos muito pomposos à espera que as pessoas estejam distraídas. Mas o que as pessoas já revelaram é que estão muito atentas, são criteriosas e confiam no PS. Termina a minha intervenção, pedindo a esta Assembleia Municipal que aprove este orçamento, que é ambicioso, com projetos importantíssimos e que prepara o nosso futuro coletivo. -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** – No uso da palavra, disse: -----

--- Eu estou bastante tranquilo porque, quem tem a razão do seu lado, pode estar tranquilo. O senhor Presidente da Câmara Municipal comprovou que o PS não tem nada para dizer, porque eu disse "vou apresentar as promessas do PS": as piscinas municipais; a requalificação do pavilhão desportivo das Travessas; a pista de atletismo; os courts de ténis e de padle; a isenção do IMI e do IMT para jovens; a criação de uma nova centralidade no Roupal; a via verde para fixar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

empresas; o sistema PAYT; a Sanjotec 3, etc. O senhor até hoje e, durante 8 anos, nunca conseguiu desmentir, com factos e números aquilo que a MCP aqui diz. Mas, depois, refugia-se nas eleições! Eu já lhe disse que o senhor conseguiu o mais difícil em política, perdeu do 1º para o 2º mandato 1.100 votos. O Dr. Castro Almeida ganhou por 1.056 votos e o senhor perdeu 1.139 votos da 1ª eleição para a 2ª. Nós nem metade perdemos daquilo que os senhores perderam. Depois, eu confrontei-o com frases que proferiu quando estava na oposição, numa altura em que a nossa Cidade foi eleita 3 vezes como "a melhor Cidade do País para viver". À data, dizia que não havia projetos, que estava tudo adiado, etc. Fiquei muito emocionado com o pedido do PS para que o Ministro Castro Almeida resolva todos os problemas da Cidade. Agora é o Ministro que tem que os resolver, já que este Executivo não tem capacidade para isso. Agora é que vai ser! Mas voltando à habitação, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse, quando a Dra. Fátima Roldão saiu da Câmara Municipal que *"era um acontecimento político que retirava credibilidade à Câmara Municipal"*. Deduzo que lhe reconhecia muita capacidade pelo trabalho que ela estava a fazer na ação social. Recordo que, quando um seu Vereador saiu, o senhor Presidente da Câmara Municipal não achou que isso retirava credibilidade política à Câmara Municipal. Eu também não acho, acho que retira mais credibilidade política prometer e não cumprir! A questão da venda de habitação municipal é uma falsa questão. Há pouco chamei a isso *"mito"* e houve aqui várias reações. Nós vendemos habitação municipal, mas é uma falsa questão, porque, independentemente de as pessoas comprarem ou não, o número de casas disponíveis era o mesmo, porque não estava em causa comprar a casa ou sair da casa. Estava em causa ser o real proprietário da casa. Nós vendemos às pessoas que lá viviam há 10/20/30 anos. O PSD concretizou o sonho destas pessoas poderem ser proprietárias de uma casa. Porque esse para nós é o expoente máximo da emancipação. Nós apoiávamos as pessoas para que elas tivessem condições para adquirir a sua casa onde viveram a vida toda, demos-lhes essa oportunidade. No outro dia, o PS falou aqui que a Câmara Municipal de Aveiro não tinha Estratégia Local de Habitação. Interessava-lhe dizer isso porque, felizmente, é uma Câmara Municipal liderada pelo PSD. Sabe quem vendeu habitação municipal em Aveiro e se orgulha muito disso (ainda no outro dia disse isso nas redes sociais), é o ex-presidente da Câmara Municipal de Aveiro, o ilustre socialista Alberto Souto Miranda. Até dizem que vai ser o candidato do PS às próximas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

eleições, eu não lhe pergunto sobre isso porque, como perdeu as eleições para a Federação, já não tem voto na matéria, mas dizem que será ele o candidato à Câmara Municipal de Aveiro. Aquilo que nós queremos é que as pessoas se emancipem, que consigam passar de arrendatários a proprietários e temos muito orgulho de podermos ter cumprido esse sonho às pessoas, de poderem ser proprietárias da casa onde viveram toda a vida. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra, disse: -----

--- Esta última intervenção foi de uma deselegância tremenda que merece total repúdio e protesto. Uma coisa é discutir política e trocar opiniões, mas as ações ficam com quem as pratica. Efetivamente, o PSD vendeu 600 habitações, metade do parque habitacional público de S. João da Madeira, porque acreditava que era uma medida correta. Mas nós discordamos e, hoje, deveríamos ir verificar o que é que foi feito dessas habitações. Muitas estão devolutas e degradadas. Portanto, aquilo que foi feito foi uma gestão danosa do património público municipal, porque não é possível ter uma política pública de habitação sem habitação pública! Infelizmente, nem todas essas habitações estão a servir necessidades dos sanjoanenses mas, como os proprietários são privados, nós não podemos fazer nada, a não ser, incentivá-los a estes programas de requalificação. Esse trabalho tem sido feito, mas depende da iniciativa do proprietário privado porque saíram da esfera do património municipal. Relativamente à habitação privada, é interessante perceber aquilo que o PSD nos vai dizendo. Eu gostava de recordar alguns dados, nos últimos 8/9 anos do mandato do PSD que, como aqui ouvimos, foram brilhantes, de repente, achei que estava a memorizar o orçamento da Câmara Municipal de 2008/9/10... Nesses 9 anos, foi licenciado apenas 1 prédio de habitação de 6 fogos. Sobre a questão que falou do IMI e do IMT para jovens, o efeito que isso irá ter a nível do custo das habitações está ainda por descobrir. As virtualidades também estão ainda por analisar, mas há uma coisa que não adianta, é vir para aqui gabar-se de uma medida de redução do IMI e do IMT para jovens, quando construíram 6 fogos de habitação em S. João da Madeira em 9 anos de mandato do PSD. Isso não adianta de nada porque não há casas para comprar ou arrendar! É uma medida ineficaz sem construção de habitação. Nos últimos 7 anos em que o PS governou a Câmara Municipal, concluiu-se a construção de 9 prédios de habitação - 123 fogos e estão em execução 16 prédios - 293 fogos. Estão em processo de análise muitos mais e, quando o PSD vem para aqui dizer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

precisamos de políticas reprodutivas, olhe, não há política mais reprodutiva do que construir habitação! O IMI e o IMT é arrecadação de receita, ter pessoas aqui a viver, a usufruir das nossas associações, do nosso comércio e das nossas escolas, isso dá emprego e mexe com a nossa economia. Não há política mais relevante para a Cidade do que construir habitação! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Foi referido que a minha intervenção tinha sido deselegante. Ora, vindo de quem disse que *"isto parecia um manicómio e que a gestão da Câmara Municipal do PSD tinha sido danosa"*, enfim, acho que não preciso dizer mais nada relativamente à credibilidade e elegância! Falou da isenção do IMI, IMT e que nós não tínhamos construído, se calhar, foi a consequência de uma gestão danosa que nos levou à bancarrota. Em virtude disso, as pessoas não tinham dinheiro para investir, comprar ou construir casa. Foi por isso que, em S. João da Madeira e no resto do País, durante esse período se construíram poucas casas. Disse que *"não fazia sentido falar de isenção do IMI e do IMT sem construção de habitação"* mas dizem que estão a construir habitação como nunca e, mesmo assim, não implementaram ainda a isenção do IMI e do IMT. Esperaram que Portugal mudasse de Governo para que os jovens pudessem ter essas isenções. Desde agosto, que os jovens até aos 35 anos de idade podem beneficiar destas isenções, do imposto de selo e dos emolumentos na compra de 1ª habitação. Até ao final de novembro, 11.700 jovens já usufruíram destas medidas, com valor médio de habitação de cerca de 187 mil euros. Ao contrário do que diz o Secretário-Geral do seu partido, os números demonstram não só o impacto positivo da medida, como também comprovam que está longe de ser utilizada para comprar casas de luxo, como o PS, o BE e o PCP gostam de dizer. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS (Protesto)** No uso da palavra, disse: -----

--- O senhor Deputado veio aqui fazer propaganda, mas não adianta de nada haver isenções se não há casas. Essa problemática é o PS que está a cumprir, é uma das políticas mais importantes que estamos a fazer, criar habitação pública para as pessoas que não têm acesso ao mercado de arrendamento e de habitação privada. Também para as famílias da classe média e para os jovens poderem fixar-se e viver felizes em S. João da Madeira. O discurso perigoso que o PSD anda a ter em outdoors e nas redes sociais, é o mesmo que aqui vemos ter. É um discurso em que pegam num facto e o transformam noutra coisa. Mas devem ter noção que as pessoas são inteligentes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

o discurso da extrema direita populista não resulta sempre. -----

3.1- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Fixação das Taxas dos Impostos Municipais para o ano de 2025 (Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); Lançamento da Derrama sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e Fixação da Participação Variável no IRS); Redução de IMI para famílias com dependentes a cargo. -----

A – Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Proposta de Emenda da CDU - resultado: rejeitada, com 1 voto a favor da CDU; 1 abstenção do BE; 19 votos contra, sendo: 11 do PS, 8 da MCP;

Prédios Urbanos: 0,350% - aprovada por maioria, a proposta da Câmara Municipal com 12 votos a favor, sendo 11 do PS, 1 do BE; 9 abstenções, sendo: 8 da MCP, 1 da CDU;

b) Majoração de 30% relativa à taxa a aplicar a prédios degradados - aprovada por maioria, a proposta da Câmara Municipal com 11 votos a favor do PS; 1 voto contra do BE; 9 abstenções, sendo: 8 da MCP, 1 da CDU;

B – Derrama

Proposta de Emenda da CDU - resultado: rejeitada, com 2 votos a favor, sendo: 1 da CDU, 1 do BE; 19 votos contra, sendo: 11 do PS, 8 da MCP;

a) Taxa de 1,45% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) - aprovada por maioria, a proposta da Câmara Municipal, com 11 votos a favor do PS; 8 abstenções da MCP; 2 votos contra, sendo: 1 da CDU, 1 do BE;

b) Taxa reduzida de 0,85% para os sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000€ - provada por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal.

C – Participação variável no IRS

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, a proposta da Câmara Municipal, com 12 votos a favor, sendo: 11 do PS, 1 da CDU; 1 voto contra do BE; 8 abstenções da MCP;

D – Redução de IMI para famílias com dependentes a cargo

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.2- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a cobrar no ano de 2025". -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, sendo: 11 do PS, 1 da CDU, 1 do BE; 8 abstenções da MCP. -----

3.3- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025". -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 11 votos a favor do PS; 9 votos contra, sendo: 8 da MCP, 1 do BE; 1 abstenção da CDU. -----

3.4- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Mapa de Pessoal para o ano de 2025". -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 13 votos a favor, sendo: 11 do PS, 1 BE, 1 da CDU; 8 abstenções da MCP: -----

--- MARIA CLARA SOARES REIS ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – No uso da palavra, disse: -----

--- Solicito a alteração à Ordem de Trabalhos para inclusão de mais um ponto, destinado à constituição, de novo, da "Comissão para Acompanhamento da Requalificação da Linha do Vale do Vouga", com os mesmos elementos. Este pedido baseia-se no facto de que foi feita uma solicitação de informação às Infraestruturas de Portugal - IP, cuja resposta deu entrada nos serviços apenas em outubro. Como a Comissão que estava formada perdeu a validade porque excedeu o seu tempo, eu queria acrescentar este ponto. Por isso, solicito a vossa autorização para o efeito. Já que todos concordam, o alinhamento da O.T. passará a ser o seguinte: **3.5-** Apreciação do "Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do Município de S. João da Madeira relativo ao 1º semestre de 2024"; **3.6-** Constituição da Comissão para Acompanhamento da Requalificação da Linha do Vale do Vouga; **3.7-** Apreciação da "Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro". -----

3.5- Apreciação do "Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica, financeira e orçamental do Município de S. João da Madeira relativo ao 1º semestre de 2024". -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**

MUNICIPAL (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- O Relatório foi elaborado pelo Auditor Externo, sem qualquer intervenção política do Município e reflete os movimentos financeiros do período a que se reporta. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento pretendido. -----

APRECIADO E DISCUTIDO. -----

3.6- Constituição da Comissão de Acompanhamento da Linha do Vale do Vouga. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra, disse: -----

--- Como sabem, eu era o Presidente desta Comissão, a nossa 1ª medida aprovada foi de elaborar um documento com várias questões direcionadas às Infraestruturas de Portugal, como é do vosso conhecimento. Mas como o prazo de validade da Comissão expirou, enquanto aguardávamos resposta das IP, temos de constituir uma nova Comissão para podermos prosseguir com os trabalhos. Iremos propor uma série de reuniões com o Movimento Cívico da Linha do Vouga para, depois, fazermos o relatório final para apresentar à Assembleia Municipal para encerramento dos trabalhos. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

3.7- Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Penso que o Relatório é muito exaustivo e explicativo. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento pretendido. -----

--- **RAQUEL PINHO / PS** – No uso da palavra, disse: -----

--- Peço desculpa, mas como excedemos o tempo no Período de Antes da Ordem do Dia, não queria terminar sem falar sobre este assunto: Portugal 2024 - 20 femicídios, 30 tentativas de femicídio, 5 assassinatos de mulheres (fora do contexto de intimidade), 23 tentativas de assassinato de mulheres. Tudo isto apenas em pouco mais de 300 dias, de acordo com as estatísticas apresentadas pelo Observatório de Mulheres Assassinadas, apresentado pela UMAR no mês passado. De lá para cá, as notícias já elencaram mais vítimas. Por isso, hoje tomo mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

J.
ad

uma vez a palavra com o coração pesado mas, ao mesmo tempo, esperançado, porque não julgo ser a única pessoa com extrema vontade de contrariar estes números. Saúdo, assim, o Executivo pela realização da "Tertúlia sobre a Violência Doméstica" ocorrida no passado dia 25 de novembro - Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Falar sobre violência de género é, antes de mais, reconhecer a sua persistente presença na nossa comunidade. E desenganem-se os que julgam que só se é vítima quando escorre sangue. Há muitas lágrimas não choradas, muitos gritos mudos e muitos silêncios ensurdecedores que recordam que as vítimas estão em toda a parte. É necessário compreender que cada estatística que nos choca é, na verdade, um grito de socorro, que muitas vezes ficou sem resposta por parte das instituições e também por parte de todos nós, que olhamos para o lado, porque se não nos dói, não é connosco! Por isso, iniciativas como a Tertúlia que se realizou no Museu do Calcado, são absolutamente fundamentais para trazer luz a uma realidade que ainda vive demasiado nas sombras. O formato da Tertúlia, que incluiu a participação ativa de jovens estudantes, instituições e cidadãos anónimos, revelou-se um exercício notável de cidadania e consciência coletiva. As perguntas elaboradas pelos alunos demonstraram uma sensibilidade e maturidade extraordinárias, assim como as questões trazidas pelas vozes da rua, permitiram à oradora responder com clareza, conhecimento e profunda humanidade. É nesta ponte entre gerações e na troca franca de experiências, que reside o verdadeiro poder da educação que transforma. O convite a uma oradora com duas décadas de experiência enquanto Técnica de Apoio à Vítima e, agora, coordenadora de uma instituição dedicada a esta causa, trouxe um contributo inestimável. A sua capacidade de aliar know-how técnico, relatos práticos e uma enorme sensibilidade, permitiu que o debate fosse altamente esclarecedor e profundamente humano. Quero destacar igualmente a escolha do Museu do Calcado como palco desta iniciativa. O resgate dos objetos, histórias da exposição "A Verdade Dói" e a possibilidade de ler os testemunhos na primeira pessoa, acrescentaram uma dimensão emocional que transcendeu as palavras. Sentir, por instantes, o peso da realidade de quem vive ou viveu sob a sombra da violência, é um poderoso apelo à nossa empatia e à nossa responsabilidade enquanto sociedade. O sucesso desta Tertúlia prova que nunca é demais falar sobre a violência doméstica. Este tema não pode nem deve ser confinado ao dia 25 de novembro. É uma luta diária que exige ações continuadas e a união de todos os

Handwritten initials in purple ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

atores sociais, institucionais e comunitários. Os números continuam a ferir-nos o peito, mas que estas iniciativas sejam a prova de que não nos resignamos e de que continuamos a trabalhar por uma sociedade livre de medo e de dor. Gostaria ainda de felicitar o Município pela escolha visionária dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" como tema das rotundas de Natal deste ano. Este gesto celebra a quadra natalícia, convidando-nos à reflexão sobre os grandes desafios globais da nossa era. Em particular, permitam-me destacar uma rotunda na Avenida Engº Arantes Oliveira, no cruzamento com a Rua Padre Américo, onde uma associação local deu vida ao ODS 5 - Igualdade de Género, criando uma instalação que evoca as diferentes tonalidades da cor vermelha, para recordar as inúmeras histórias de violência e dar eco às vítimas. Este ODS 5 acaba por nos conduzir ainda ao ODS 4 - Educação de Qualidade. A instalação acaba por não ser apenas uma decoração natalícia, transformando-se num grito silencioso pelas crianças órfãs da violência doméstica que, para além de ficarem sem mãe, porque morreu, ficam ainda órfãs de pai, porque é preso. Enquanto não nos doer a todos enquanto sociedade, não seremos parte da solução. Convido todos a passarem por esta rotunda e a deixar-se tocar pela mensagem poderosa que ela carrega, porque esta é uma causa que nos pertence a todos! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Uma intervenção muito breve, até porque já falámos aqui hoje muito sobre números, execução, maior orçamento de sempre e taxas de execução mais baixas de sempre. Uma coisa boa que a informação do Presidente da Câmara Municipal nos traz é a informação financeira, que reflete a execução orçamental à data de 30 de setembro, de 48,33%, num orçamento que já sofreu uma revisão em alta para 43 milhões. Estão executados 21 milhões de euros e, portanto, a pergunta que deixo ao senhor Presidente da Câmara Municipal é muito sintética, como é que espera executar em 3 meses 17 milhões de euros para poder atingir os 85% que a lei obriga? -

--- **LEONARDO MARTINS / PS** - No uso da palavra, disse: -----

--- A informação distribuída é ampla e, da muita atividade que foi realizada, queria destacar 2 medidas. Hoje, falamos muito do orçamento e daquilo que ele representa para nós e para o PS. São medidas importantes, mas queremos destacar a área da saúde: 670 bebés vacinados gratuitamente contra o rotavírus, que foi uma medida do PS; saúde oral, foi alvo esta semana de uma reportagem no Jornal de Notícias. 14 mil consultas de Medicina Dentária, em que algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

das pessoas nunca tinham ido ao dentista. Esta também é a realidade da nossa Cidade e nós temos que ter consciência e noção disto. São medidas muito relevantes que devem ser levadas muito a sério. Queremos exortar a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia pelo bom investimento que fizeram e que deveria a seu tempo, mas sem perder tempo, ser reforçado e integrado no Serviço Nacional de Saúde. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Queria agradecer as intervenções da Raquel Pinho e do Leonardo Martins, Deputados do PS. Relativamente à questão colocada pela MCP, a resposta estará no relatório de execução final do ano de 2024. -----

APRECIADA E DISCUTIDA. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

--- Lido o teor da minuta, foi a mesma posta a discussão. -----

--- Não se registando intervenções, foi posta a votação: **Aprovada por unanimidade.** -----

--- Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a Sessão. -----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos**, e por mim, **Maria Adelaide Alves da Silva**, que a elaborei nos termos legais. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: _____

A TÉCNICA SUPERIOR: _____

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA	
Sessão:	<u>Ordinária</u> de <u>27</u> de <u>02</u> de <u>2025</u>
Deliberação:	<u>Aprovada por unanimidade de</u> <u>dos presentes na Sessão</u>
A Mesa da Assembleia Municipal	
Presidente:	<u>DCSD/13</u>
1º Secretário:	<u>DIAMANTIS</u>
2º Secretário:	<u>R. Queiroz</u>

